

# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO



## DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal /  
Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016 / Regulamentado pelo Decreto 452/2016



www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 09 de junho de 2017

10 Páginas / Ano 1 / Edição nº 029



## LEIS

### LEI nº. 2648/2017

**EMENTA:** Dispõe sobre a constituição do Serviço de Inspeção Municipal – SIM e os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que produzem produtos de origem animal e das outras providências, no Município de Jaguariáiva.

**AUTORIA:** Poder Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Jaguariáiva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

**Art. 1º.** Fica instituído o Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M., subordinado a Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente - SAMA, que tem por finalidade a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis sejam ou não adicionados de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos acondicionados, depositados e em trânsito no Município de Jaguariáiva, conforme normas estabelecidas nessa Lei.

**Art. 2º.** Esta Lei está em conformidade à Lei Federal nº. 9.712/1998, ao Decreto Federal nº. 5.741/2006 e ao Decreto nº. 7.216/2010, que constitui e regulamentou o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).

**Art. 3º.** A Inspeção Municipal, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica, pela da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, através da Vigilância Sanitária - VISA.

**§ 1º.** A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais.

**I.** entende-se por espécies animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

**§ 2º.** Nos demais estabelecimentos previstos nesta Lei a inspeção será executada de forma periódica.

**I.** os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida em normas complementares expedidas por autoridade competente da SAMA, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

**§3º.** A inspeção sanitária se dará:

**I.** nos estabelecimentos que recebem, animais, matérias-primas, produtos, subprodutos e seus derivados, de origem animal para beneficiamento ou industrialização;

**II.** nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal, em caráter complementar e com a parceria da defesa sanitária animal, para identificar as causas de problemas sanitários apurados na matéria-prima e/ou nos produtos no estabelecimento industrial.

**§4º.** Caberá ao Serviço de Inspeção Municipal de Jaguariáiva a responsabilidade das atividades de inspeção sanitária.

**Art. 4º.** A fiscalização será feita com estrita observância à competência privativa Estadual ou Federal nos seguintes locais:

**I.** nos estabelecimentos industriais especializados e nas propriedades rurais com instalação adequadas para a matança de animais e seu preparo ou industrialização, sob qualquer forma de consumo;

**II.** nos entrepostos de recebimento de distribuição do pescado e nas fábricas que industrializam;

**III.** nas usinas de beneficiamento do leite, nas fábricas de laticínios, nos postos de recebimento, refrigeração e manipulação dos seus derivados e nos respectivos entrepostos;

**IV.** nos entrepostos de ovos e fábricas de produtos derivados;

**V.** nos entrepostos que, de modo geral, recebem, manipulem, armazenem, conservem ou acondicionem produtos de origem animal;

**VI.** nas propriedades rurais.

**Art. 5º.** Os princípios a serem seguidos no presente regulamento são:

**I.** Promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, que não implique obstáculo para a instalação e legalização da agroindústria rural de pequeno porte;

**II.** Ter o foco de atuação na qualidade sanitária dos produtos finais;

**III.** Promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação de governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção.

**Art. 6º.** A SAMA do Município de Jaguariáiva poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com Municípios, Estado do Paraná e a União, poderá ainda participar de consórcio de Municípios para facilitar o desenvolvimento de atividades e para a execução do Serviço de Inspeção sanitária em conjunto com outros Municípios, bem como poderá solicitar a adesão ao SUASA.

**Parágrafo Único.** Após a adesão do SIM ao SUASA os produtos inspecionados poderão ser comercializados em todo o território nacional, de acordo com a legislação vigente.

**Art. 7º.** Compete a SAMA:

**I.** Observar normas técnicas estaduais e federais de produção e classificação dos produtos de origem animal e para as atividades de fiscalização e inspeção dos produtos de origem animal;

**II.** Executar atividades de treinamento técnico de pessoal envolvido na fiscalização, inspeção e classificação;

**III.** Criar mecanismos de divulgações junto às redes públicas e privada, bem como junto à população, objetivando orientar e esclarecer o consumidor.

**Parágrafo Único.** A Vigilância Sanitária, exercerá no âmbito de sua competência, a direção única e as atribuições previstas na Lei Federal nº. 8.080/1990 e legislação sanitária em vigor.

**Art. 8º.** A fiscalização sanitária refere-se ao controle sanitário dos produtos de origem animal após a etapa de elaboração, compreendido na armazenagem, no transporte, na distribuição e na comercialização até o consumo final e será de responsabilidade da VISA da SEMUS do Município de Jaguariáiva, incluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares, em conformidade ao estabelecido na Lei nº. 8.080/1990.

**Parágrafo Único.** A inspeção e a fiscalização sanitária serão desenvolvidas em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade de inspeção e fiscalização sanitária entre os órgãos responsáveis pelos serviços.

**Art. 9º.** Entende-se por estabelecimento de produtos de origem animal, para efeito desta Lei, qualquer instalação ou locais nos quais são abatidos ou industrializados animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, depositados, acondicionados, rotulados e embalados com finalidade industrial ou comercial, a carne e seus derivados, a caça e seus derivados, o pescado e seus derivados, o mel e seus derivados, a cera de abelha e seus derivados, o leite e seus derivados.

**Art. 10.** O Serviço de Inspeção Municipal respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção, incluindo a agroindústria rural de pequeno porte.

**Parágrafo Único.** Entende-se por estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte o estabelecimento de propriedade de agricultores familiares, de forma individual ou coletiva, localizada no meio rural, com área útil construída não superior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), destinado exclusivamente ao processamento de produtos de origem animal, disposto de instalações para abate e/ou industrialização de animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, o leite e seus derivados, o ovo e seus derivados, os produtos das abelhas e seus derivados, não ultrapassando as seguintes escalas de produção:

**a)** estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais (coelhos, rãs, aves e outros pequenos animais) – aqueles destinados ao abate e industrialização de produtos e subprodutos de pequenos animais de importância econômica, com produção máxima de 05 (cinco) toneladas de carnes por mês;

**b)** estabelecimento de abate e industrialização de médios (suínos, ovinos, caprinos) e grandes animais (bovinos/ bubalinos/ equinos) – aqueles destinados ao abate e/ou

industrialização de produtos e subprodutos de médios e grandes animais de importância econômica, com produção máxima de 08 (oito) toneladas de carnes por mês;

**c)** fábrica de produtos cárneos – aqueles destinados à agroindustrialização de produtos e subprodutos cárneos em embutidos, defumados e salgados, com produção máxima de 05 (cinco) toneladas de carnes por mês;

**d)** estabelecimento de ovos - destinado à recepção e acondicionamento de ovos, com produção máxima de 10.000 (dez mil) dúzias/mês;

**e)** unidade de extração e beneficiamento dos produtos das abelhas - destinado à recepção e industrialização de produtos das abelhas, com produção máxima de 30 (trinta) toneladas por ano;

**f)** estabelecimentos industrial de leite e derivados: enquadrar-se todos os tipos de estabelecimentos de industrialização de leite e derivados previstos no presente Regulamento destinado à recepção, pasteurização, industrialização, processamento e elaboração de queijo, iogurte e outros derivados de leite, com processamento máximo de 30.000 (trinta mil) litros de leite por mês.

**Art. 11.** É proibido o funcionamento no Município de qualquer estabelecimento industrial ou entreposto de origem animal que não esteja previamente registrado, na forma desta Lei, e conforme legislação Estadual e Federal.

**Art. 12.** A SAMA, através do SIM - Serviço de Inspeção Municipal, incumbida da inspeção sanitária municipal de produtos de origem animal, deverá coibir o abate clandestino de animais e a respectiva comercialização e ou industrialização dos seus produtos, separadamente ou em ações conjuntas com os fiscais sanitários da vigilância Sanitária do Município, podendo para tanto, requisitar força policial.

**Art. 13.** Será constituído um Conselho de Inspeção Sanitária com a participação de representante da SAMA e SEMUS, dos agricultores e dos consumidores para aconselhar, sugerir, debater e definir assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e de fiscalização sanitária e sobre criação de regulamentos, normas, portarias e outros.

**Art. 14.** Será criado um sistema único de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção e de fiscalização sanitária, gerando registros eletrônicos.

**Parágrafo Único.** Será de responsabilidade da SAMA e da VISA da SEMUS, a alimentação e manutenção do sistema único de informações sobre a inspeção e a fiscalização sanitária do respectivo Município.

**Art. 15.** Para obter o registro no serviço de inspeção o estabelecimento deverá apresentar o pedido instruído pelos seguintes documentos:

**I.** requerimento simples dirigido ao responsável pelo serviço de inspeção municipal;

**II.** laudo de aprovação prévia do terreno, realizado de acordo com instruções baixadas pela SAMA;

**III.** Licença Ambiental Prévia emitida pelo Órgão Ambiental competente ou estar de acordo com a Resolução do CONAMA nº. 385/2006;

**Parágrafo Único.** Os estabelecimentos que se enquadram na Resolução do CONAMA nº. 385/2006 são dispensados de apresentar a Licença Ambiental Prévia, sendo que no momento de iniciar suas atividades devem apresentar somente a Licença Ambiental Única.

**IV.** documento da autoridade municipal e órgão de saúde pública competente que não se opõem à instalação do estabelecimento.

**V.** apresentação da inscrição estadual, contrato social registrado na junta comercial e cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ou CPF do produtor para empreendimentos individuais, sendo que esses documentos serão dispensados quando apresentarem documentação que comprove legalização fiscal e tributária dos estabelecimentos, próprios ou de uma Figura Jurídica a qual estejam vinculados;

**VI.** planta baixa ou croquis das instalações, com layout dos equipamentos e memorial descritivo simples e sucinto da obra, com destaque para a fonte e a forma de abastecimento de água, sistema de escoamento e de tratamento do esgoto e resíduos industriais e proteção empregada contra insetos;

**VII.** memorial descritivo simplificado dos procedimentos e padrão de higiene a serem adotados;

**VIII.** boletim oficial de exame da água de abastecimento, caso não disponha de água tratada, cujas características devem se enquadrar nos padrões microbiológicos e químicos oficiais;

**§1º.** Tratando-se de agroindústria rural de pequeno porte as plantas poderão ser substituídas por croquis a serem elaborados por engenheiro responsável ou técnicos dos Serviços de Extensão Rural do Estado ou do Município.

**§2º.** Tratando-se de aprovação de estabelecimento já edificado, será realizada uma inspeção prévia das dependências industriais e sociais, bem como da água de abastecimento, redes de esgoto, tratamento de efluentes e situação em relação ao terreno.

**Art. 16.** O estabelecimento poderá trabalhar com mais de um tipo de atividade, devendo, para isso, prever os equipamentos de acordo com a necessidade para tal e, no caso de empregar a mesma linha de processamento, deverá ser concluída uma atividade para depois iniciar a outra.

**Parágrafo Único.** O Serviço de Inspeção Municipal pode permitir a utilização dos equipamentos e instalações destinados à fabricação de produtos de origem animal, para o preparo de produtos industrializados que, em sua composição principal, não haja produtos de origem animal, mas estes produtos não podem constar impressos ou gravados, os carimbos oficiais de inspeção previstos neste Regulamento, estando os mesmos sob responsabilidade do órgão competente.

**Art. 17.** A embalagem produtos de origem animal deverá obedecer às condições de higiene necessárias à boa conservação do produto, sem colocar em risco a saúde do consumidor, obedecendo às normas estipuladas em legislação pertinente.

**Parágrafo Único.** Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes de forma bem visível, contendo informações previstas no caput deste artigo.

**Art. 18.** Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para a preservação de sua sanidade e inocuidade.

**Art. 19.** A matéria-prima, os animais, os produtos, os subprodutos e os insumos deverão seguir padrões de sanidade definidos em regulamento e portarias específicas.

**Art. 20.** Serão editadas normas específicas para venda direta de produtos em pequenas quantidades, conforme previsto no Decreto Federal nº. 7.541/2006.

**Art. 21.** Os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei e do Serviço de Inspeção Municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas na SAMA, constantes no Orçamento do Município de Jaguariáiva.

**Art. 22.** Sem prejuízo do dever de colaboração recíproca dos órgãos executores desta Lei, fica proibida a duplicação de inspeção e ou fiscalização sanitária e industrial.

**Art. 23.** Os estabelecimentos industriais e comerciais de produtos de origem animal estão sujeitos, além da fiscalização ordinária, a fiscalização periódica, pelos órgãos executores desta Lei.

**Parágrafo Único.** As barreiras sanitárias fiscalizatórias serão realizadas isoladamente ou em conjunto.

**Art. 24.** Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, a infração as normas referentes aos produtos de origem animal acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

- I.** advertência;
- II.** multa;
- III.** apreensão ou condenação dos produtos;
- IV.** suspensão das atividades do estabelecimento;
- V.** interdição parcial ou total do estabelecimento;
- VI.** cancelamento do registro.

**Art. 25.** Os casos omissos ou de dúvidas que surgirem na execução da presente Lei, bem como a sua regulamentação, serão resolvidos através de resoluções, Portarias e Decretos baixados pelo chefe do Poder Executivo e pelo Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, após debate no Conselho de Inspeção Sanitária.

**Art. 26.** Ficam revogadas as disposições em contrário a esta Lei.

**Art. 27.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

**Art. 28.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal nº. 2557/2015.

Paço Municipal, 01 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal



## LEI nº. 2649/2017

**EMENTA:** Dispõe sobre normas para a prevenção de zoonoses e para o controle populacional de animais no Município de Jaguaraiava e dá outras providências.

**AUTORIA:** Poder Executivo Municipal

A Câmara Municipal de Jaguaraiava Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO a seguinte LEI:**

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** Esta Lei dispõe sobre normas para a prevenção de zoonoses e para o controle populacional e bem-estar animal no Município de Jaguaraiava.

**Art. 2º.** As ações de controle de zoonoses e bem-estar animal serão realizadas de forma articulada com as demais ações de vigilância em saúde, especialmente vigilância sanitária e epidemiológica, assim como com as demais ações que visem à garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

**Art. 3º.** Todas as ações e programas do Município de Jaguaraiava relativos ao controle das zoonoses devem ter como objetivo a melhor conciliação entre a saúde da população e o meio ambiente.

**Art. 4º.** As ações reguladas por esta Lei levarão em consideração a garantia de proteção contra os riscos potenciais que, de acordo com o estágio atual do conhecimento científico, não podem ser ainda identificados com segurança, porém podem ensejar a ocorrência de danos sérios ou irreversíveis à vida, à saúde e ao meio ambiente.

**Parágrafo Único.** Além do princípio da precaução, formulados no caput, são princípios que norteiam as ações de controle de zoonoses:

- I. prevenção, redução e eliminação da morbidade e a mortalidade, bem como dos sofrimentos humanos e animais causados pelas zoonoses;
- II. preservação da saúde da população, mediante o emprego dos conhecimentos especializados e experiências da Saúde Pública Médica e Médica Veterinária.

**Art. 5º.** São objetivos das ações de controle de zoonoses, controle populacional e bem-estar animal:

I. controlar os fatores biológicos condicionantes dos riscos de transmissão, tais como:

- a) vetores;
- b) hospedeiros;
- c) reservatórios;
- d) animais sinantrópicos indesejáveis;

II. preservar a saúde e o bem-estar da população humana, evitando-lhe danos ou incômodos causados por animais ou por agentes de doenças veiculadas por animal.

**Parágrafo Único.** Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis à vida, à saúde ou ao meio ambiente, a vigilância em saúde adotará medidas intervencionistas preventivas norteadas pelo princípio da precaução.

**Art. 6º.** Para os efeitos desta Lei serão adotadas as seguintes definições:

- I. **ZOOÑOSE** – Infecção ou doença infecciosa transmissível naturalmente entre animais vertebrados e invertebrados e o homem e vice-versa;
- II. **AUTORIDADE SANITÁRIA** – Médicos Veterinários, Biólogos, Agentes de Vigilância Sanitária e outros profissionais de áreas afins, lotados no Órgão Sanitário Responsável pelo Controle de Zoonoses;
- III. **ÓRGÃO SANITÁRIO RESPONSÁVEL** – A Seção de Controle de Zoonoses, da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, da Prefeitura de Jaguaraiava;
- IV. **ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO** – todos aqueles animais pertencentes às espécies da fauna silvestre, exótica, doméstica ou domesticada mantidos em cativeiro pelo homem para entretenimento próprio, sem propósito de abate e reprodução;
- V. **ANIMAIS DE USO ECONÔMICO** – As espécies domésticas, criadas, utilizadas ou destinadas à produção econômica;
- VI. **ANIMAIS SINANTRÓPICOS** – As espécies que, indesejavelmente, coabitam com o homem, tais como os roedores, as baratas, as moscas, os pernilongos as pulgas e outros;
- VII. **ANIMAIS SOLTOS** – Todo e qualquer animal errante, encontrado sem qualquer processo de contenção;
- VIII. **ANIMAIS DOMÉSTICOS** – Todos aqueles animais pertencentes às espécies que originalmente possuíam populações em vida livre e que acompanharam a evolução e o deslocamento da espécie humana pelo planeta e que por ela foram melhorados do ponto de vista genético e zootécnico ao ponto de viverem em estreita dependência ou interação com comunidades ou populações humanas. Os espécimes ou populações silvestres dessas espécies podem ainda permanecer em vida livre;
- IX. **ANIMAIS APREENDIDOS** – Todo e qualquer animal capturado por servidores do Centro Municipal de Controle de Zoonoses - CCZ, da SEMUS, compreendendo desde o instante da captura, seu transporte, alojamento nas dependências dos depósitos de animais e destinação final;
- X. **ABRIGOS MUNICIPAIS DE ANIMAIS** – As dependências apropriadas do Órgão Sanitário Responsável pelo Controle de Zoonoses, da SEMUS, para alojamento e manutenção dos animais apreendidos;
- XI. **CAES MORDEDORES VICIOSOS** – Os causadores de mordeduras a pessoas ou outros animais, em locais públicos ou não, de forma repetida;
- XII. **CONDIÇÕES INADEQUADAS** – A manutenção de animais em contato direto ou indireto com outros animais portadores de doenças infecciosas ou zoonoses, ou, ainda, em alojamentos de dimensões inapropriadas a sua espécie e porte ou sem as mínimas condições de higiene;

XIII. **ANIMAIS SELVAGENS** – Os pertencentes às espécies não domésticas;

XIV. **ANIMAIS SILVESTRES** – Todos aqueles animais pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou em águas jurisdicionais brasileiras;

XV. **FAUNA EXÓTICA** – Todos aqueles animais pertencentes às espécies cuja distribuição geográfica não inclui o território brasileiro e que foram nele introduzidas pelo homem, inclusive às espécies domésticas, em estado asselvado. Também são consideradas exóticas as espécies que tenham sido introduzidas fora das fronteiras brasileiras e suas águas jurisdicionais e que tenham entrado espontaneamente em território brasileiro;

XVI. **COLEÇÕES LÍQUIDAS** – Qualquer quantidade de água parada;

XVII. **RESGATE** – Ato de recuperação do animal recolhido pelo CCZ, pelo seu legítimo proprietário ou por seu responsável;

XVIII. **ADOÇÃO** – Forma de aquisição de animais apreendidos que se encontram sob a guarda do Órgão Sanitário Responsável pelo Controle de Zoonoses, desde que decorrido o prazo de resgate e mediante declaração do interessado de que manterá o animal vivo e bem cuidado, sem que ofereça risco à população;

XIX. **DOAÇÃO** – Ato de transferir definitivamente a posse de animal que se encontra sob a guarda do Órgão Sanitário Responsável pelo Controle de Zoonoses, a pessoas físicas ou jurídicas, desde que decorrido o prazo de resgate e mediante declaração de que o responsável manterá o animal vivo e bem cuidado;

XX. **REINSEÇÃO** – Desenvolvimento de animal sem proprietário ao ambiente onde foi apreendido, quando aparentemente sadio e bem aceito pela população local (animal de comunidade), após devida esterilização cirúrgica, vacina e iniciação de programa de desmamação, desde que haja um responsável identificado documentalmente na comunidade e que se comprometa a cumprir referido programa;

XXI. **EUTANÁSIA** – É um procedimento médico veterinário não cruel e indolor com a finalidade de diminuir o sofrimento animal e o proteger a saúde humana, utilizado com estrita observância dos limites legais dados por esta Lei;

XXII. **MANEJO ETOLÓGICO** – Entendido como a melhor forma de manipular um animal considerando-se a anatomia, comportamento e necessidades.

### CAPÍTULO II DA VACINAÇÃO

**Art. 7º.** Todo proprietário de animal é obrigado a vacinar seu cão e gato contra a raiva, observando para a revacinação o período recomendado pelo laboratório responsável pela vacina utilizada.

**§1º.** Os animais deverão ser permanentemente imunizados contra a raiva.

**§2º.** O órgão responsável pelo Controle de Zoonoses deverá realizar, na forma do regulamento desta Lei, campanhas de vacinação gratuitas de cães e gatos.

**§3º.** A falta de campanhas de vacinação não exclui qualquer responsabilidade do proprietário do animal pela manutenção de sua imunização.

**§4º.** Havendo epidemia de qualquer zoonose que possa ser prevenida por vacina, os proprietários ficam obrigados a efetuar a devida imunização, conforme protocolos técnicos a serem seguidos.

**§5º.** Ficam as clínicas e consultórios veterinários obrigados a repassar mensalmente o número de animais vacinados contra a raiva ao órgão municipal responsável pelo Controle de Zoonoses.

**Art. 8º.** O comprovante de vacinação fornecido pelo órgão municipal responsável pelo Controle de Zoonoses, assim como a carteira de vacinação emitida por médico veterinário particular, poderão ser utilizados para comprovação da vacinação animal contra a raiva.

**Parágrafo Único.** Do certificado de vacinação fornecido pelo médico veterinário deverão constar as seguintes informações, sem prejuízo de outras que sejam exigidas pela legislação e regulamento incidente:

- I. identificação do proprietário, através dos seguintes dados pessoais:
  - a) nome;
  - b) número de inscrição no registro geral (R.G.);
  - c) número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.);
  - d) endereço completo;
- II. identificação do animal, através das seguintes informações:
  - a) nome;
  - b) espécie;
  - c) raça;
  - d) pelagem;
  - e) sexo;
  - f) data de nascimento ou idade, ainda que aproximada;
  - g) outros sinais característicos;
- III. dados das vacinas, a saber:
  - a) nome;
  - b) número do lote;
  - c) fabricante;
  - d) data de fabricação e validade;
- IV. dados da vacinação, a saber:
  - a) data de aplicação;
  - b) data de revacinação;
- V. identificação e firma do Médico Veterinário, através de carimbo de que conste seu nome completo, número de inscrição no CRMV;
- VI. identificação do estabelecimento, através da razão social ou nome fantasia, endereço completo e número de registro no CRMV.

### CAPÍTULO III DA POSSE RESPONSÁVEL DO PROPRIETÁRIO DE ANIMAIS

**Art. 9º.** Os proprietários são responsáveis por todos os cuidados necessários a seus animais, inclusive pela garantia da prestação a eles de quaisquer atendimento médico-veterinário.

**§1º.** Os proprietários encaminharão seus animais ao órgão municipal responsável pelo Controle de Zoonoses somente em caso de comprovada suspeita de raiva ou outra doença de interesse da saúde pública, assim definida em regulamento.

**§2º.** Aos proprietários incumbe arcar com os custos de todo e qualquer tratamento indicado pelo médico veterinário, ainda que seja de eutanásia.

**Art. 10.** São vedadas as seguintes condutas:

- I. abandonar animais em qualquer área pública ou privada;
- II. utilizar animais feridos, enfraquecidos ou doentes em veículos de tração animal;
- III. deixar de utilizar o sistema de frenagem ou deixar de acioná-lo especialmente quando for descer ladeiras, em veículo de tração animal;
- IV. criar, guardar ou manter quaisquer animais que, em face da sua espécie, quantidade ou da inadequação das instalações, causem insalubridade ou incômodos à vizinhança;

**Parágrafo Único.** Os cães mordedores e bravios somente poderão sair às ruas devidamente contidos com o uso de método de contenção adequado, como guia ou similar e focinheira.

**Art. 11.** O condutor de um animal fica obrigado a recolher os dejetos fecais eliminados pelo mesmo em vias e logradouros públicos.

**Art. 12.** É de responsabilidade dos proprietários a manutenção de cães, gatos e outros animais domésticos em condições adequadas de alojamento, alimentação, saúde, higiene e bem-estar, bem como a destinação adequada de dejetos.

**§1º.** Os animais devem ser alojados em locais onde fiquem impedidos de fugir ou agredir terceiros ou outros animais.

**§2º.** Os proprietários de animais deverão mantê-los afastados de portões, campanhas, medidores de luz e água e caixas de correspondência, a fim de que funcionários de empresas prestadoras desses serviços possam ter acesso sem sofrer ameaça ou agressão real por parte dos animais, protegendo ainda os transeuntes.

**§3º.** Em qualquer imóvel onde permanecer animal bravo, deverá ser afixada placa comunicando o fato, com tamanho compatível à leitura à distância, e em local visível ao público.

**§4º.** Constatado por autoridade sanitária do órgão municipal responsável pelo Controle de Zoonoses o descumprimento do disposto no caput deste artigo ou em seus §§ 1º a 3º caberá ao proprietário do animal ou animais:

- I. intimação para a regularização da situação com prazo para cumprimento, estabelecido pela autoridade sanitária;
- II. persistindo a irregularidade, auto de imposição de penalidade.

**Art. 13.** O proprietário, cessionário de uso, locatário, usufrutuário, arrendatário e congêneres, ficam obrigados a permitir o acesso da autoridade sanitária, quando no exercício de suas funções, às dependências de alojamento do animal, sempre que necessário, bem como acatar as determinações dele emanadas.

**Art. 14.** Em caso de morte do animal, cabe ao proprietário a disposição adequada do cadáver, na forma do que dispuser o regulamento e demais atos aplicáveis.

**§1º.** Em caso de suspeita de que a morte tenha decorrido por doença infecciosa ou infecto contagiosa, o proprietário poderá solicitar ao Poder Público que a destinação adequada ao cadáver.

**§2º.** A clínica veterinária que estiver na posse do cadáver do animal fica obrigada a informar ao proprietário do mesmo acerca dos cemitérios de animais eventualmente existentes no Município.

**Art. 15.** O proprietário do animal suspeito de ser portador de doença infectocontagiosa e caráter zoonótico deverá submetê-lo a observação e isolamento no Órgão Sanitário responsável pelo controle de zoonoses ou em local designado pelo proprietário e aprovado pela autoridade sanitária, cabendo a esta última determinar o período de observação e os procedimentos a serem adotados.

**Art. 16.** Não serão permitidos em residência particular a criação, o alojamento e a manutenção de um número de animais incompatível com a posse responsável do animal.

**Parágrafo Único.** A Autoridade Sanitária, dentro dos critérios a serem avaliados, levará em consideração as condições sanitárias do local, o espaço físico compatível com o número e tamanho dos animais, bem como as condições de sanidade dos animais.

### CAPÍTULO IV DA APREENSÃO DE ANIMAIS

**Art. 17.** Serão apreendidos os seguintes animais:

- I. os cães mordedores viciosos, condição esta constatada por Médico Veterinário ou comprovada mediante dois ou mais boletins de ocorrência policial;
- II. soltos nas vias e logradouros públicos ou em locais de livre acesso ao público, quando não identificados de pronto seus proprietários ou quando estes, a despeito de orientados e advertidos, não tomarem a providência de recolhê-los ao domicílio;
- III. suspeito de raiva ou outra zoonose que comprometa a saúde pública, quando houver omissão de seus proprietários de encaminhá-los para atendimento médico-veterinário;
- IV. cuja criação ou uso seja vedado nos termos desta Lei;
- V. os animais que sofrem maus tratos por seus proprietários ou prepostos.

**Parágrafo Único.** Nos casos previstos no inciso II, poderá a apreensão ser efetuada por autoridade de trânsito, preferencialmente capacitada em curso de apreensão e contenção de animais, sendo o animal encaminhado ao CCZ.

**Art. 18.** Será possível a eutanásia *in loco* na hipótese de animal acidentado, cuja impossibilidade de salvamento, em razão da gravidade dos ferimentos, seja devidamente atestada por dois profissionais habilitados.

**Parágrafo Único.** Deverá ser lavrado um laudo detalhado com as fraturas do animal, devendo fundamentar no laudo a razão para ser realizada a eutanásia.

**Art. 19.** A apreensão deverá ser realizada por profissionais capacitados em manejo etológico, comportamento e bem-estar animal.

**§1º.** Os profissionais mencionados no caput deverão atuar de forma cortês no atendimento ao público, de modo a minimizar dificuldades no desenvolvimento das funções, reduzir o risco de acidentes e sensibilizar a comunidade para que compreenda e assuma os conhecimentos e as posturas de boas práticas na interação com animais.

**§2º.** Os profissionais deverão estar devidamente uniformizados e identificados.

**§3º.** Os veículos usados para apreensão deverão estar devidamente identificados com os funcionários uniformizados.

**§4º.** Deverá ser fornecido pela SEMUS, os cursos de capacitação dos profissionais responsáveis pela captura dos animais.

**Art. 20.** O roteiro para capturas deverá ser planejado, considerando-se horários e temperatura ambiente, além da distância, a fim de reduzir o tempo de permanência dos animais no veículo.

**§1º.** Antes de recolherem o animal, os agentes deverão averiguar se existe proprietário ou responsável pelo mesmo ou se o animal pertence à comunidade;

**§2º.** Em cada situação, deverá ser avaliado o comportamento do animal a ser recolhido para a escolha da melhor forma de manejo;

**§3º.** A contenção deverá ser feita, preferencialmente, por meio de guia/corda de algodão nuco, sendo que o animal deverá ser conduzido pelo agente e nunca arrastado;

**§4º.** O funcionário poderá optar por conduzir o animal no colo até o carro e então colocá-lo na caixa de transporte ou posicionar a gaiola ou caixa de transporte próximo ao local onde o animal se encontra para conduzi-lo até o seu interior;

**§5º.** Quando impossível à aproximação junto ao animal pela existência de barreiras físicas ou em razão do seu comportamento arrefido ou arisco, será possível a utilização de zaranza.

**Art. 21.** O veículo utilizado para o transporte dos animais apreendidos deverá estar em perfeitas condições, corretamente higienizado, com carroceria fechada, na qual haja devida ventilação.

**§1º.** Os animais deverão ser transportados em condições adequadas e em pequeno número.

**§2º.** Não serão transportadas espécies diferentes no mesmo compartimento do veículo.

### CAPÍTULO V DA DESTINAÇÃO DOS ANIMAIS APREENDIDOS

**Art. 22.** Os animais apreendidos terão as seguintes destinações, a critério do órgão sanitário responsável:

- I. resgate;
- II. adoção;
- III. doação;
- IV. reinseção.

**Art. 23.** O resgate é a retomada da posse do animal pelo proprietário realizada após a cessação dos motivos que deram ensejo à apreensão.

**Parágrafo Único.** No ato de resgate, o proprietário deverá assinar um termo de responsabilidade comprometendo-se a manter seu animal segundo preceitos de propriedade, posse e guarda responsável, nos termos da legislação.

**Art. 24.** Os animais não resgatados após o período de 05 (cinco) dias serão submetidos a castração e sendo devolvido às ruas após o período de 30 (trinta) dias, com a devida identificação metálica.

**§1º.** Os animais apreendidos deverão ser mantidos no órgão municipal de Controle de Zoonoses, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, contando-se o dia da apreensão, sendo nesses dias tratados e recuperados se necessário.

**§2º.** Os animais apreendidos deverão ser mantidos em instalações adequadas no Órgão Sanitário Responsável pelo Controle de Zoonoses, conforme normas do Ministério da Saúde, recintos higienizados, com proteção, contra intempéries naturais, alimentação adequada e separados por sexo, espécie e estado da saúde.

**§3º.** A separação de animais por sexo deverá ser feita com respeito a etologia de cada espécie.

**Art. 25.** A destinação dos animais não resgatados deverá obedecer às seguintes prioridades:



## EXPEDIENTE



**Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguaraiava**

Artigo 37 da Constituição Federal / Artigo 153 da Lei Orgânica do Município de Jaguaraiava/PR - Criado de acordo com a Lei Municipal 2603/2016 / Regulamento pelo Decreto 452/2016.

Cintia Kappke Medeiros - MTB, nº 3621 - PR  
Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação Social  
Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta  
Fone: (43) 3535-5638

E-mail: [comunicacao@jaguaraiava.pr.gov.br](mailto:comunicacao@jaguaraiava.pr.gov.br)



- I. adoção por particulares;  
II. doação a pessoas físicas ou jurídicas, inclusive entidades protetoras de animais devidamente cadastradas na Prefeitura e/ou entidades filantrópicas do Município;  
III. reinserção do animal na comunidade.

§1º. A doação e/ou transferência de posse será realizada nos termos de regulamento editado pelo Poder Executivo.

§2º. A reinserção somente será admitida em se tratando de animal aparentemente sadio, bem aceito pela comunidade, após devida esterilização cirúrgica, vacina e iniciação de programa de desverminação, em caso de animais silvestres e exótico a destinação deverá ser definida pelo IBAMA.

**Art. 26.** A eutanásia somente será realizada através de procedimento médico veterinário, não cruel e indolor, para diminuir o sofrimento animal, realizado através de injeção letal aplicada exclusivamente por médico veterinário, mediante avaliação diária dos animais, nos seguintes casos:

- I. Animais gravemente feridos conforme art. 21 desta Lei;  
II. Animais com doenças incuráveis devidamente atestadas;  
III. Animais raivosos.

§1º. No caso de animais portadores de doença e/ou ferimentos considerados graves e/ou clinicamente comprometidos caberá ao médico veterinário do Órgão Responsável pelo Controle de Zoonoses, após avaliação e emissão do Laudo Técnico, decidir seu destino, mesmo sem esperar o prazo estipulado nesta Lei.

§2º. Não poderão ser destinados à adoção, os animais que ofereçam risco à saúde, à vida ou à segurança das pessoas conforme Laudo Técnico elaborado por médico veterinário.

#### **CAPÍTULO VI** **CONTROLE DA NATALIDADE DE CÃES E GATOS**

**Art. 27.** Caberá ao Órgão Sanitário Responsável pelo Controle de Zoonoses o planejamento de Programa Permanente de controle reprodutivo de animais domésticos, por meio de educação da população e por meio da promoção da execução de cirurgias de castração em cães e gatos (orquestração no macho e ovariosterectomia nas fêmeas).

§1º. A SEMUS poderá estabelecer parcerias para o correto desempenho da ação mencionada no caput deste artigo, com universidades, clínicas veterinárias particulares, organizações não governamentais de proteção animal e outras instituições, públicas ou privadas, afetadas à atividade em questão.

§2º. A SEMUS poderá repassar recursos, mediante a celebração de convênios ou contratos, para as instituições mencionadas no §1º deste artigo, delegando a estas o cumprimento das ações previstas neste artigo.

**Art. 28.** Os munícipes que queiram castrar seus animais e que não disponham de recursos econômicos preencherão uma ficha de intenção de castração gratuita no órgão municipal responsável pelo Controle de Zoonoses.

§1º. Os animais de rua capturados poderão ser castrados após o prazo legal de permanência no CCZ.

§2º. O programa de castração de cães e gatos, bem como sua importância para a saúde pública, através do Controle de Zoonoses, será divulgado nos meios de comunicação pelo CCZ.

§3º. Todo animal castrado receberá um comprovante de cirurgia que informe a identificação completa do animal, do proprietário e endereço atual.

§4º. Ao proprietário do animal castrado ou esterilizado será dado material informativo e educativo sobre a posse responsável dos animais, contendo informações relativas à importância das vacinações, das vermifugações e do controle da população de cães e gatos, a fim de minimizar os riscos de transmissão de zoonoses.

#### **CAPÍTULO VII** **DA COMERCIALIZAÇÃO E ALOJAMENTO**

**Art. 29.** Em estabelecimentos comerciais de qualquer natureza, a proibição ou liberação da entrada de animais fica a critério dos proprietários ou gerentes dos locais, obedecidas as Leis de higiene e saúde.

§1º. Os cães guias para deficientes visuais devem ter livre acesso a qualquer estabelecimento, bem como aos meios de transporte público coletivo.

§2º. O deficiente visual deve portar sempre documento, original ou em sua cópia autenticada, fornecido por entidade especializada no adestramento de cães condutores.

#### **CAPÍTULO VIII** **SEMANA EDUCACIONAL DA POSSE RESPONSÁVEL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS E EDUCAÇÃO CONTINUADA.**

**Art. 30.** Fica instituída a Semana Educacional da Posse Responsável de Animais Domésticos no Município de Jaguaraiava, a realizar-se na semana que antecede a campanha de vacinação antirrábica.

**Art. 31.** O evento consiste na realização de atividades educacionais e de esclarecimento, através de debates e palestras e na distribuição de material informativo sobre a posse responsável de animais domésticos.

§1º. Esta semana educacional será coordenada pelo órgão municipal de Controle de Zoonoses, em conjunto com outros órgãos da Prefeitura.

§2º. As atividades serão realizadas preferencialmente em escolas e espaços comunitários e poderá contar com o apoio e parcerias de entidades e empresas para a sua realização.

**Art. 32.** O órgão municipal responsável pelo Controle de Zoonoses deverá promover programa de educação continuada de conscientização da população sobre a posse responsável de animais domésticos e o controle e eliminação de animais sinantrópicos, podendo, para tanto, contar com parcerias de entidades de proteção animal e ambiental e outras organizações não governamentais e, universidades, empresas públicas e/ou privadas (nacionais ou internacionais) e entidades de classe ligadas aos médicos veterinários.

#### **CAPÍTULO IX** **DAS PROIBIÇÕES**

**Art. 33.** É proibida a criação e a manutenção, na zona urbana, de animais:

- I. suínos;  
II. caprinos;  
III. bovídeos.

**Parágrafo Único.** Somente na zona rural serão permitidos porcos, chiqueiros ou pocilgas.

**Art. 34.** É vedada a apresentação ou utilização de animais em espetáculos circenses.

**Art. 35.** O uso de animais equinos para montaria ou tração deverá obedecer a critérios que não impliquem esforço exagerado por parte destes animais, a serem discriminados na regulamentação desta Lei.

§1º. Os animais equinos deverão ser devidamente vacinados e examinados anualmente por médico-veterinário habilitado, que expedirá o respectivo atestado de saúde, constatando sua capacidade física para o desempenho da atividade que lhe é destinada.

§2º. É proibida utilização em atividades de competição ou exibição de montaria ou rodeios, de qualquer prática que implique dor ou desconforto aos animais, com o objetivo de fazê-los correr ou pular.

§3º. O não atendimento do disposto no caput após as orientações e advertências da autoridade sanitária, implicará na apreensão do animal.

#### **CAPÍTULO X** **DAS SANÇÕES**

**Art. 36.** Considera-se a infração sanitária, para fins desta Lei e das suas regulamentações, a desobediência ou a inobservância ao disposto nas normas legais e regulamentos que, por qualquer forma se destinem à promoção, manutenção, preservação e recuperação da saúde.

§1º. Os profissionais das equipes de Vigilância em Saúde, inseridos nas suas funções fiscalizadoras, denominadas autoridades sanitárias, são competentes para fazer cumprir as Leis e regulamentos sanitários, expedindo termos, autos de infração e de imposição de penalidades, referentes à prevenção e controle de tudo quanto possa comprometer a saúde.

§2º. Responderá pela infração quem, por ação ou omissão, lhe deu causa, concorreu para sua prática ou dela se beneficiou.

§3º. As infrações a esta Lei, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com penalidades de:

- I. advertência;  
II. multa;  
III. apreensão de produtos, equipamentos, utensílios e recipientes;  
IV. apreensão de animal;  
V. inutilização de produtos, equipamentos, utensílios e recipientes;  
VI. interdição, parcial ou total, temporária ou permanente, de estabelecimento, seções, dependências, locais e veículos;  
VII. cancelamento de autorização para funcionamento de eventos, empresas;  
VIII. cassação de Alvará.

**Art. 37.** A advertência será aplicada sempre que as infrações verificadas sejam de pequena monta, ainda não tenham causado prejuízo a qualquer cidadão e possam ser sanadas em até 30 (trinta) dias, a juízo da autoridade que impuser a penalidade.

**Parágrafo Único.** A advertência será automaticamente convertida em multa, pelo valor mínimo, caso não sejam adotadas as providências necessárias à cessação dos fatos que lhe deram ensejo no prazo estipulado.

**Art. 38.** A pena de multa será aplicada na hipótese do Parágrafo Único do Artigo 37 ou ainda quando a houver infração às disposições desta Lei que impliquem risco iminente à saúde pública.

§1º. A pena de multa poderá ser aplicada em conjunto com outras penas, a juízo da autoridade administrativa.

§2º. O valor da multa não será inferior a R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) nem superior a R\$ 700,00 (setecentos reais) devendo ser graduada pela autoridade administrativa de acordo com a gravidade da infração e a capacidade econômica do responsável pela infração, podendo os valores serem, periodicamente atualizados.

§3º. Em caso de reincidência, a multa será sempre aplicada em dobro àquela anteriormente aplicada, não incidindo, nesta hipótese, o limite máximo do valor da multa a que se refere o §2º acima.

**Art. 39.** A apreensão de produtos, equipamentos, utensílios e recipientes ou de animais será aplicada sempre que a aplicação da penalidade de multa não for suficiente para determinar o fim da infração às disposições desta Lei ou ainda quando existir, a juízo da autoridade, necessidade de uma intervenção sumária de modo a impedir a propagação de danos aos munícipes.

**Parágrafo Único.** A pena de apreensão será sempre aplicada quando o produto for considerado proibido nos termos desta Lei.

**Art. 40.** Será aplicada a pena de inutilização de produtos, equipamentos, utensílios e recipientes, sempre que a guarda dos mesmos seja considerada pela autoridade sanitária um risco à saúde da população, além de estarem previstos os requisitos do art. 39, caput.

**Art. 41.** A pena de interdição, parcial ou total, temporária ou permanente, de estabelecimento, seções, dependências, locais e veículos e de cancelamento de autorização para funcionamento de eventos, empresas será aplicada quando da realização do evento ou atividade decorrer, de forma direta, risco à saúde pública, ou, ainda, quando não atendidas as determinações anteriormente realizadas no sentido de cessar os riscos à saúde.

**Art. 42.** A cassação de Alvará será aplicada sempre que for constatado o risco à saúde pública decorrente de atividades realizadas em desacordo com a autorização administrativamente concedida ou, ainda, sem a utilização das precauções exigidas em Lei ou regulamento.

**Art. 43.** As autoridades sanitárias são competentes para a aplicação das penalidades de que trata o art. 36, ou qualquer inobservância à presente Lei.

**Parágrafo Único.** O desrespeito ou desacato à autoridade sanitária, ou ainda, a obstrução do exercício de suas funções, sujeitarão o infrator à penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**Art. 44.** Sem prejuízo das penalidades previstas no art. 36, o proprietário do animal apreendido ficará sujeito ao pagamento de despesas de transportes, de alimentação, assistência veterinária e outras necessárias à manutenção adequada deste animal.

#### **CAPÍTULO XI** **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 45.** As infrações serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura de auto de infração, observados os prazos estabelecidos nesta Lei.

**Art. 46.** O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração no prazo de 10 (dez) dias, contados de sua ciência.

**Art. 47.** A defesa ou impugnação será julgada pelo superior imediato, ouvindo o servidor atuante preliminarmente, o qual terá o prazo de 10 (dez) dias

para se pronunciar a respeito, seguindo-se a lavratura do auto de imposição de penalidade, se for o caso.

**Art. 48.** Da imposição da penalidade poderá o infrator oferecer recurso no prazo de 10 (dez) dias contados de sua ciência, o qual será julgado pelo órgão competente em 10 (dez) dias.

**Art. 49.** O infrator tomará ciência das decisões da autoridade sanitária:

- I. pessoalmente ou por seu procurador, à vista do processo ou;  
II. mediante notificação, que poderá ser feita por carta registrada, ou através da Imprensa Oficial, considerando-se efetivada 05 (cinco) dias após a publicação.

**Art. 50.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

**Art. 51.** As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das verbas próprias consignadas no orçamento.

**Art. 52.** Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data de sua publicação.

Paço Municipal, 01 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal



## **DECRETOS**

### **DECRETO n.º. 533/2017**

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município,

#### **DECRETA**

**Artigo 1º.** EXONERA, a pedido, com base no Protocolo Geral sob n.º. 06934/2017, do cargo em provimento efetivo de **ENFERMEIRA - SEMUS**, nomeada que fora através do Decreto n.º. 300/2015, a Senhora **GENYLE REGINA SANTOS ALVAREZ**, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º. 8.701.469-0 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º. 050.896.049-59.

**Artigo 2º.** Este Decreto entra em vigor na presente data.

**Artigo 3º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 01 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito

HISSASHI UMEZU  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES  
Secretaria Municipal de Saúde

### **DECRETO n.º. 534/2017**

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 9º, inciso I da Lei Municipal n.º. 2155/2010 e ainda em conformidade com a Lei Municipal n.º. 1922/2009 e seus anexos,

#### **DECRETA**

**Art. 1º.** Fica **NOMEADA** diante aprovação em Concurso Público, Edital 001/2016, classificada em 2º lugar, a Senhora **LENI DA SILVA YAKIMOTO**, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º. 6.678.524-6 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob n.º. 024.941.779-01, para o cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, Nível I do Quadro de Pessoal da Administração, a qual desempenhará sua função junto à **Secretaria Municipal de Saúde**, percebendo os vencimentos estabelecidos em Lei para o início de sua carreira.

**Art. 2º.** A nomeada submeter-se-á a estágio probatório por 03 (três) anos (art. 41 da C.F. e art. 21 da Lei Municipal n.º. 2155/2010).

**Art. 3º.** A posse dar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data da publicação deste Decreto.

**Art. 4º.** Este Decreto entra em vigor na presente data.

**Art. 5º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 01 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito

HISSASHI UMEZU  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES  
Secretaria Municipal de Saúde

### **DECRETO n.º. 535/2017**

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município, artigo 68, § 1º da Lei Municipal n.º. 2155/2010, e considerando o Protocolo sob n.º 05289/2017, abrangendo com Adicional de Insalubridade conforme PIPIA e PCMSO, Laudado por Função e Cargo pela Chefe de Divisão de Segurança do Trabalho, Sra. Adriana Aparecida Machado, MTB PR/0011506 e corroborado pelo Médico do Trabalho, Doutor Samuel Stahlshmidt, CRM/PR 25332,

#### **RESOLVE**

**Artigo 1º.** **CONCEDER** Adicional de Insalubridade no percentual de 20% (vinte por cento) do salário mínimo nacional ao servidor com cargo em provimento efetivo, abaixo nominados:

Matr.	Servidor	Cargo
4525	ANTONIO MARCOS MIRANDA DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

**Artigo 2º.** Este Decreto entra em vigor na presente data.

**Artigo 3º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 01 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito

HISSASHI UMEZU  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos



## DECRETO n.º 536/2017

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município,

### DECRETA

**Artigo 1º.** EXONERA, a pedido, com base no Protocolo Geral sob nº. 07062/2017, do cargo em provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SMECE**, nomeada que fora através do Decreto nº. 429/2014, a Senhora **ALESSANDRA FERNANDES JORGE**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 8.658.861-7 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 034.803.549-71.

**Artigo 2º.** Este Decreto entra em vigor na presente data.

**Artigo 3º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito

HISSASHI UMEZU  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças

ALCIONE LEMOS  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

## DECRETO n.º 537/2017

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Protocolo Geral sob nº. 06757/2017 da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS,

### RESOLVE

**Artigo 1º.** REVOGAR a concessão de **Função Gratificada**, no percentual de 20% (vinte por cento) ao servidor com cargo em provimento efetivo de Técnico em Radiologia - SEMUS, Senhor **MARCIO MAZUR**, concedida através do Decreto nº. 501/2017, datado de 26 de maio de 2017.

**Artigo 2º.** Este Decreto entra em vigor na presente data.

**Artigo 3º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito

HISSASHI UMEZU  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES  
Secretária Municipal de Saúde

## DECRETO n.º 538/2017

**Súmula:** Convoca à 12ª Conferência Municipal de Saúde.

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, incisos X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Federal nº. 8.194/90, e ainda com nas informações prestadas junto ao Protocolo Geral nº. 06756/2017,

### DECRETA

**Artigo 1º.** A Conferência Municipal de Saúde é o Fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal nº. 8.142/90.

**Artigo 2º.** Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde fica convocada a 12ª Conferência de Saúde do Município para o dia 27 de julho de 2017, às 08h30min.

**Artigo 3º.** O tema central da Conferência será "Saúde da Mulher: políticas públicas e participação social".

**Artigo 4º.** A Conferência Municipal de Saúde será realizada nas dependências do Cine Teatro Municipal Valéria Luercy.

**Artigo 5º.** A Conferência será presidida pelo Prefeito Municipal e coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS.

**Artigo 6º.** As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Portaria deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e publicadas pela SEMUS.

**Artigo 7º.** Este Decreto entra em vigor na presente data.

**Artigo 8º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito

HISSASHI UMEZU  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES  
Secretaria Municipal de Saúde

## DECRETO n.º 539/2017

O Prefeito de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, incisos X, XI e XXIV da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº. 2165/2010, art. 5º, §2º, inciso I c/c art. 10 e art. 23 da Lei Municipal nº. 2644/2017 e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 06138/2017,

### DECRETA

**Artigo 1º.** EXONERA do cargo em provimento comissionado de **DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE**, nomeado que fora, através do Decreto nº. 085/2015, o senhor **REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 3.148.469-3 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 366.375.649-15.

**Artigo 2º.** NOMEIA, para o cargo em provimento comissionado de **PRESIDENTE DO SAMAE**, o Senhor **REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM**, brasileiro, casado, Bacharel em Recursos Humanos, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 3.148.469-3 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 366.375.649-15, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua José Adaschski, 459 - Bairro: Vila Anêzia, percebendo os vencimentos correspondentes ao cargo CC-1 do Anexo II, da Lei Municipal nº 2165/2010 e art. 5º, §2º, inciso I c/c art. 10 e art. 23 da Lei Municipal nº. 2644/2017.

**Artigo 3º.** Este Decreto entra em vigor na presente data.

**Artigo 4º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito

HISSASHI UMEZU  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças

## DECRETO n.º 540/2017

**Súmula:** Decreta o dia 16 de junho de 2017, Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Jaguariáiva.

O Prefeito do Município de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o feriado nacional do dia 15 de junho de 2017 (quinta-feira), quando se comemora o dia consagrado a "Corpus Christi";

Considerando que o dia 16 de junho de 2017 foi decretado ponto facultativo nas repartições públicas federais e estaduais, nessa última em razão da circular expedida pela Casa Civil.

### DECRETA

**Artigo 1º.** Fica Decretado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, o dia 16 de junho de 2017.

**Artigo 2º.** Serão mantidos os serviços essenciais como os da Saúde (Hospital Carolina Lupion) e Coleta de Lixo, que funcionarão em esquema de plantão ou rodízio, a ser definido pelo Secretário da Pasta.

**Artigo 3º.** Este Decreto entrará em vigor na presente data.

**Artigo 4º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito

HISSASHI UMEZU  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças

TANIA MARISTELA MUNHOZ  
Procuradora Geral do Município

## DECRETO n.º 541/2017

**SÚMULA:** Nomeia o Conselho Municipal de Saúde, biênio 2015-2017.

O Prefeito Municipal de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 67, incisos IX, X e XI da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Ata da Reunião Ordinária n.º 112/2015, datada de 24 de setembro de 2015.

### DECRETA

**Artigo 1º.** Fica instituído para o biênio de 2015/2017, o **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CONSAÚDE**, o qual será composto pelos seguintes membros:

• **Presidente:** CAROLINE DE AZEVEDO FANHA STALSCHMIDT, brasileira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 6.485.363-5 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 028.578.909-07;

• **Vice-presidente:** SIMONE LEITE CUNHA, brasileira, casada, Servidora Pública Municipal, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 3.957.269-9 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 544.145.399-00;

• **1º. Secretário:** TALITA BELIZE BUENO DE SOUZA, bacharel em psicologia, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG 8.395.750-6 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. 052.599.619-27, CRP nº. 08/17212;

• **2º. Secretário:** ALAOR BOELITZ, brasileiro, casado, Pastor, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 780.018 SESP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº. 419.035.109-10.

**Artigo 2º.** Os serviços prestados em decorrência deste Decreto, serão sem ônus para o Município, sendo considerados de caráter relevante e de interesse público (artigo 4º da Lei Municipal nº. 2155/2010).

**Artigo 3º.** Este Decreto entra em vigor na presente data, produzindo efeitos retroativos a 24 de setembro de 2015.

**Artigo 4º.** Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito

HISSASHI UMEZU  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças

AMÁLIA CRISTINA ALVES  
Secretaria Municipal de Saúde



**SEGOV**



### CONVITE

#### AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Jaguariáiva, Senhor José Sloboda **CONVIDA** as entidades representativas da sociedade, autoridades, cidadãos deste Município de Jaguariáiva e a quem possa interessar, a participar de Audiência Pública para avaliar, discutir e buscar soluções a respeito da Segurança Pública em nosso Município, conforme data e horário abaixo:

**Dia:** 19 de junho de 2017 (segunda – feira)  
**Hora:** 19:00 horas  
**Local:** Cine Teatro Valéria Luercy.

Jaguariáiva, em 08 de junho de 2017.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal



**PROCURADORIA GERAL**

**Extrato**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº22/2017.**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº57/2017.**  
**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA.  
**Vigência:** 12 meses  
**Assinatura 07/06/2017**

- Consideram-se registrados os preços das empresas relacionadas abaixo:

a)- **FABIO BORGES OLIVEIRA – PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ME**, Pessoa Jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº 14.400.037/0001-11.  
**Descrição:**

Fornecedores e Itens Vencedores:	Unid.	Quantidade	Descrição (%)	Preço Unitário	Total do Item
1 COFFEE BREAK: TIPO 01 - COM OS SEGUINTE ITENS: CAFÉ 150 ML POR PESSOA, LITE 100 ML POR PESSOA; SUCCO CONCENTRADO COM MATÉRIA PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, DEZENDO SER (SUCCO CONCENTRADO, QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AO BANGUARY) - 250 ML POR PESSOA; 02 TIPOS DE DOCEES TIPO COQUETEL (4 UNIDADES POR PESSOA NO TOTAL); 02 TIPOS DE SALGADOS ASSADOS OU FRITOS (4 UNIDADES POR PESSOA NO TOTAL); COPOS DESCARTÁVEL 180ML (4 UNIDADES POR PESSOA) E GUARDANAPOS DESCARTÁVEIS (4 UNIDADES POR PESSOA).	PESS	2.100,00	0,0000	7,30	15.330,00
2 COFFEE BREAK: TIPO 02 - COM OS SEGUINTE ITENS: CAFÉ 150 ML POR PESSOA, SUCCO CONCENTRADO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AO BANGUARY) 250 ML POR PESSOA; 02 TIPOS DE SALGADO (ASSADO OU FRITO) TIPO COQUETEL (04 UNIDADES POR PESSOA NO TOTAL); COPOS DESCARTÁVEIS 180 ML (3 UNIDADES POR PESSOA) E GUARDANAPOS DESCARTÁVEIS (4 UNIDADES POR PESSOA).	PESS	1.550,00	0,0000	4,75	7.362,50
3 COFFEE BREAK: TIPO 03 - COM OS SEGUINTE ITENS: LITE 100 ML POR PESSOA, CAFÉ 150 ML POR PESSOA, SUCCO CONCENTRADO (QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AO BANGUARY) 250 ML POR PESSOA; 01 TIPO DE BOLO OU CURPACÊ, SENDO 02 CURPACÊS OU 02 FATIAS DE BOLO POR PESSOA; 01 PÃO FRANCÊS COM MANTIGA, QUEIJO TITAN, MARGARITA E PRESUNTO E 01 MONTADELA; COPOS DESCARTÁVEIS 180 ML (3 UNIDADES POR PESSOA) E GUARDANAPOS DESCARTÁVEIS (4 UNIDADES POR PESSOA).	PESS	1.400,00	0,0000	6,50	9.100,00



4	COFFEE BREAK TIPO 04 - COM OS SEGUINTE TENS: SUCO PRONTO PARA BEBER 200 ML POR PESSOA; 1 UNIDADE POR PESSOA; COM CANUDINHO SENDO 12 UNIDADES POR PESSOA; SANDUICHE TIPO CACHORRO QUENTE OU SANDUICHE NATURAL ENBALADO INDIVIDUALMENTE (1 UNIDADE POR PESSOA); CUPCAKES OU MINI BOLO ENBALADO INDIVIDUALMENTE (2 UNIDADES POR PESSOA); GUARANAPOS DESCARTÁVEIS (4 UNIDADES POR PESSOA);	PESS	1.450,00	0,0000	7,45	10.002,50
5	COFFEE BREAK TIPO 05 - COM OS SEGUINTE TENS: 1 TIPO DE BEBIDA GELADA - 100 ML PESSOA (REFRIGERANTE DE PRIMEIRA QUALIDADE); 1 TIPO DE SALGADO FRITO (GRANDE); 1 UNIDADE POR PESSOA; GUARANAPOS DESCARTÁVEIS (4 UNIDADES POR PESSOA); CANUDOS DESCARTÁVEIS (1 UNIDADE POR PESSOA);	PESS	150,00	0,0000	6,70	1.005,00
6	COFFEE BREAK TIPO 06 - COM OS SEGUINTE TENS: CAFÉ 150 ML POR PESSOA; LITE 100 ML POR PESSOA; SUCO CONCENTRADO QUALIDADE QUAL OU SUPERIOR AO MAGGIARY (250 ML POR PESSOA); 03 TIPOS DE DOCE (3 UNIDADES POR PESSOA NO TOTAL); 02 TIPOS DE SALGADOS SENDO 2 ASSADOS E 03 FRITOS (5 UNIDADES POR PESSOA NO TOTAL); COPOS DESCARTÁVEIS DE 180 ML (4 UNIDADES POR PESSOA); GUARANAPOS DESCARTÁVEIS (4 UNIDADES POR PESSOA);	PESS	4.020,00	0,0000	7,50	30.150,00
7	COFFEE BREAK TIPO 07 - COM OS SEGUINTE TENS: 3 TIPOS DE SALGADOS ASSADOS OU FRITOS; 2 UNIDADES POR TIPO DE SALGADO; 1 TIPO DE DOCE; 3 UNIDADES POR TIPO DE DOCE (BOBOM DE UVA OU MORANGO, BRIGADEIRO, BÉUNHO OU BOM CASADO); 1 BOLA DE ANIVERSÁRIO RECHEIO COM CONFEITO E DECORADO - 100 GROSSO (BOLA DE FRITAS, BOLA DE CHOCOLATE); A DECORAÇÃO DA COBERTURA DO BOLO DEVE ACOMODAR O TEMA DA FESTA CONFORME SOLICITADO; 1 TIPO DE BEBIDA GELADA - 100 ML PESSOA (REFRIGERANTE DE BOA QUALIDADE); GUARANAPO DESCARTÁVEL (4 UNIDADES POR PESSOA); COPOS DESCARTÁVEIS (3 UNID POR PESSOA); CUPCAKE DE SOBREMESA DESCARTÁVEL (MATERIAL PLÁSTICO); 1 UNIDADE POR PESSOA; VELA DE ANIVERSÁRIO; PRATO SOBREMESA DESCARTÁVEL (MATERIAL PLÁSTICO); 2 UNIDADES POR PESSOA;	PESS	240,00	0,0000	7,30	1.752,00
8	COFFEE BREAK TIPO 08 - COM OS SEGUINTE TENS: 3 TIPOS DE SALGADOS ASSADOS OU FRITOS - 2 UNIDADES POR TIPO DE SALGADO; 1 MINI PANETONE (100 G); 1 UNIDADE POR PESSOA; ENBALAGENS APROPRIADAS E INDIVIDUAL; 1 TIPO DE BEBIDA GELADA; 100 ML PESSOA (REFRIGERANTE DE PRIMEIRA QUALIDADE); GUARANAPO DESCARTÁVEL (4 UNID POR PESSOA); COPOS DESCARTÁVEIS (3 UNIDADES POR PESSOA); ENBALAGEM TIPO MINI BARRITE DE ALUMÍNIO; 1 UNIDESSA (PARA OS SALGADOS); OBS: OS SALGADOS JÁ DEVERÃO SER ENTREGUES ARRUMADOS NAS ENBALAGENS MINI BARRITE.	PESS	1.150,00	0,0000	6,15	9.372,50
Total do Fornecedor:						84.874,58

EXTRATO. 1º TERMO ADITIVO. Pregão Presencial 70/2016. Contrato Administrativo nº 274/2016. OBJETO: ratificação do valor sistematizado ao cadastro de contratados defeituoso ao valor total de R\$21.509,84 (vinte e um mil quinhentos e nove reais e oitenta e quatro centavos). ASSINATURA: 02/06/2017

EXTRATO. DISPENSA DE LICITAÇÃO 21/2017. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço no segmento de realização de cursos de Brigada de Incêndio para distintos servidores municipais. Valor Global: R\$5.200,00 (cinco mil e duzentos reais). Vigência: 60 dias. Assinatura: 05 de junho de 2017.

EXTRATO. DISPENSA DE LICITAÇÃO 22/2017. OBJETO: Cobertura de seguro de responsabilidade Civil do Cine Teatro Valéria Luercy. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 207/2017. CONTRATADO: LIBERTY SEGUROS S/A. CNPJ/MF Nº 61.550.141/0001-72. VALOR: R\$1.999,99 (um mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos). Vigência: 09/05/2017 a 09/05/2018.

EXTRATO. DISPENSA DE LICITAÇÃO 23/2017. OBJETO: Realização de manutenção de bomba de combate de incêndio da viatura ABTR 8755 Placa ASE 3218 do Corpo de Bombeiros. Fornecedor: Tecmet Serv. de Manutenção Ind. Ltda. ME. CNPJ/MF nº 18.919.918/0001-02. Autorização de Fornecimento nº 988/2017. Valor: R\$6.260,00 (seis mil duzentos e sessenta reais). Data: 01/06/2017.

EXTRATO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2017. Edital de Credenciamento de pessoa jurídica e/ou pessoa física profissional liberal, para prestação de serviços na área da saúde pública municipal, para atender a demanda do Hospital Municipal Carolina Lupion e Secretaria Municipal de Saúde de Jaguaraiava/PR. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 205/2017. CREDENCIADO(A): CLÍNICA MEDICA PANSARDI EIRELI ME. CNPJ nº 09.062.748/0001-93. Estimativa de Credenciamento: R\$23.040,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais). Vigência: 12 meses. Assinatura: 05 de junho de 2017.

EXTRATO. PREGÃO PRESENCIAL 57/2017. OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de coffee break, para atender as necessidades de diversas Secretarias Municipais. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 208. CONTRATADO: FABIO BORGES OLIVEIRA – PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ME. CNPJ/MF 14.040.037/0001-11. ESTIMATIVA GLOBAL CONTRATUAL: R\$84.874,50 (oitenta e quatro mil oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos). Vigência: 12 meses. Assinatura: 07 de junho de 2017.

EXTRATO. PROTOCOLO GERAL 9591/2016. Edital nº 001/2014. Teste Seletivo. Prestação de Serviços como Agente Comunitário de Saúde. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 583/2016. EMPREGADA: ANA CAROLINA ALVES UGOLINI. CPF Nº XXX.XXX.029-60. RG Nº XXX.926-1. Vencimentos: R\$1014,00 (um mil cento e quatorze reais) mensais. Vigência: 1/08/2016 até 1/08/2017.

EXTRATO. PROTOCOLO GERAL 10633/2016. EDITAL Nº 001/2014 – TESTE SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM EMPREGO PÚBLICO. CONTRATO ADMINISTRATIVO 584/2016. CONTRATADO, ELIZIANE DE FATIMA XAVIER. CPF Nº XXX.XXX.789-11 E RG Nº XXX.103-2. Valor Contratual: R\$1.014,00 (um mil e quatorze reais). Vigência: 22 de agosto de 2016 até 22 de agosto de 2017.



**SARH**

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 028** **CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016**

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor José Sloboda, no uso das atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2016, resolve:

### **CONVOCAR**

O(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovados(as) no Concurso Público Municipal, homologado através do Edital de Homologação nº 009/2016 para que no período de **09 a 10 de junho de 2017**, apresentem cópia dos seguintes documentos, acompanhados dos originais, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jaguaraiava.

- a) 01 (uma) Foto 3x4 recente;  
b) Carteira de Identidade;  
c) Título de Eleitor;  
d) Cadastro de Pessoa Física (CPF);  
e) Certidão de Nascimento Casamento;  
f) Certidão de Nascimento dos filhos considerados dependentes;  
g) Comprovante de quitação com as obrigações militares (para homens);  
h) Comprovante de inscrição no PIS / PASEP;  
i) Carteira de Trabalho (originais da foto, frente e verso);  
j) Comprovante de escolaridade exigido para o cargo;  
k) Certidão de quitação das obrigações eleitorais (expedida pelo Cartório Eleitoral);  
l) Certidão de Antecedentes Criminais;  
m) Comprovante de endereço atualizado;  
n) Habilitação no Órgão de Classe.

#### **CARGO: FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO**

CLASSIF.	NOME	INSC.	JUSTIFICATIVA
01	PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA	2870	PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMUS DEVIDO EXONERAÇÃO DE SUELEN MENDES E DA DESISTÊNCIA DE BRUNA NARUM SUEITOW

Prefeitura Municipal de Jaguaraiava, em 08 de junho de 2017.

**JOSÉ SLOBODA**

Prefeito Municipal

**HISSASHI UMEZU**

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos



**SEFIN**

EDITAL Nº 002/2017 - NFP

A Secretaria de Finanças do Município de Jaguaraiava, através do Setor de Nota Fiscal do Produtor, em conformidade com NORMA DE PROCEDIMENTO FISCAL N. 031/2015 que estabelece os procedimentos relativos ao SPR - Sistema Estadual do Produtor Rural, Capítulo I – Seção VI – Item 9.1.1; 11b; 11.1; 12; 12.1; 12.1.1, vem através do presente, publicar a relação dos Cadastros de Produtores Rurais Cancelados, os quais não atenderam a solicitação do Edital nº 001/2017-NFP, publicado em data de 28/04/2017:-

#### **CAD/PRO Produtor Rural**

95326282-77	Ademar da Costa Passos
95457882-81	Ademir M dos Santos
95460173-00	Ademir R.Santos
95359488-92	Adriane Aparecida Miranda
95663382-60	Albanes dos Santos Mateus
95303918-49	Albair Rodrigues Teixeira
95244584-78	Albert Salomons
95244593-69	Albert Salomons
95700343-56	Albert Strijker Rabbers
95485194-00	Alcino dos Santos
95608344-35	Aldo Chary
95686003-28	Alessandro Correa Branco
95233215-50	Altivir Miranda
95181098-36	Alzemiro Barbosa dos Santos
95158939-00	Amadeu de Oliveira
95159721-00	Anadir Fatima de Paula
95628827-47	André Luiz de M P da Silva
95599999-19	Angela Regina T da S Pilati
95679475-70	Angela Ribeiro da Fonseca
95079511-52	Anizio Farias dos Santos
95210294-01	Antonio Adilson Alves Teixeira
95445669-27	Antonio de Almeida
95746360-67	Antonio Frederico Kool
95378784-92	Antonio Gilberto da Luz
95653750-99	Antonio Martins Neto
95297363-01	Antonio Miranda Mello
95136788-59	Antonio Rivaiz dos Santos
95626032-95	Antonio Vanderlei Palhano
95712310-40	Aparecida de Fatima S Leite
95114034-10	Aparicio Bueno da Silva
95315848-53	Assis Ferreira de Pontes
95710955-10	Bruno Ferreira Paz
95471258-32	Carlos João Thon
95533234-25	Carmem Luci de Miranda Jorge
95178896-17	Cassio Fernando de Oliveira
95507990-62	Cesio Gruski
95572400-36	Cinira Teixeira da Silva
95709224-13	Claudinei Alves Martins
95584846-21	Claudio Cezar de Lima
95537133-04	Cleoni Almeida de Oliveira
95581380-49	Cristina M de Matos Passos
95417347-05	Dagoberto Rox
95671180-00	Delaricia Barreto de Almeida
95747669-47	Diego Hamaya dos Santos
95719365-07	Dilair Felix da Silva
95710867-91	Dilcelio Vaz Camargo
95637135-07	Dirce de Pontes Passos
95308127-04	Edilson Fernandes
95687576-50	Edison Luziano da Silva
95593170-01	Eduardo Dias dos Reis
95473274-60	Eliane Aparecida Miranda
95284602-72	Ellei de Oliveira Sampaio
95496203-26	Elieser Bueno de Oliveira
95329433-85	Eloa Martins Passos Felix
95450462-00	Emilia Martins Tokarski
95681481-23	Erlon Santos
95568499-08	Fabiano Costa de Castro
95489156-91	Fabio Ferreira do Amaral
95086505-98	Fabio Pires Leal
95479467-98	Francisco Joao de Geus
95733004-56	Gabriel Antonio Pereira
95563891-33	Gilberto Fernandes Maciel
95653278-76	Graciele Viana Teixeira
95162798-40	Hajje Elgersma
95710177-14	Hillegonda Janita Woltersv
95458051-27	Hugo Vidal
95353427-49	Iracema Moraes Jorge
95622812-39	Israel Oerico Santos
95105460-72	Ivair da Silva
95141554-50	Jair de Melo
95358745-97	Jairo Teixeira de Almeida
95347897-82	Jandir Antonio Dall Agnol
95289029-84	João Batista dos Santos
95512094-98	Joao Carlos Lúcio
95312976-09	João de Matos
95446017-73	João Luiz Rodrigues Biscalia
95269139-20	João Manoel Xavier dos Santos
95737541-39	Joao Marcos Turek Milczewski
95480200-07	Joel Jose de Mello
95484986-40	Jonas Rodrigues Teixeira
95163439-55	Jose Artur Muller
95330800-20	Jose Ferreira de Miranda
95115294-30	Jose Ribeiro
95462003-42	José Ricardo Soleke
95329847-31	José Tomaz de Miranda
95605957-75	Josélia Barbosa
95543810-89	Josiane Ap Furquim de C Lima
95658837-52	Juarez Felix da Silva
95744539-06	Juarez L G Driessen
95760908-27	Juarez Teixeira da Silva
95545586-04	Lauri Fernandes Ferreira
95625405-10	Leonina Mara de Barros Solek
95721845-84	Lucas Roger Salomons
95257931-22	Lucas Salomons
95244038-19	Luciane Fernandes Teixeira Salomons
95446891-74	Lucio Drinko
95422849-59	Luiz Antonio Guimarães da Rocha
95472279-10	Luiz Atílio Dall Agnol
95543768-32	Luiz Carlos de Miranda
95503624-70	Luiz Carlos Ertel
95564305-40	Luizinho Conte
95455432-54	Marcio Aguiñaldo da Silva
95517294-91	Marconi F de Barros
95364979-91	Margarida Moreira da Silva
95650204-79	Maria Aparecida Monteiro Pato
95599562-76	Maria de Jesus Oliveira
95726524-30	Maria Ferreira da C Gonsalves
95355341-41	Maria Ignes da Cunha Flaquer
95662346-42	Maria Leoni Borges
95387057-61	Maria Neusa da Silva Wrobel
95482544-23	Maria Sebastiana S Oliveira
95653741-06	Maria Zelia de Oliveira Leite
95441700-04	Maricelso das Brotas Rodrigues
95075147-98	Matilde de Lima Gouvea
95691502-37	Moacir Elias Fadel Junior
95600851-49	Neiva Custódio de O Bueno
95705275-49	Nilton Teixeira Bueno
95165562-74	Olair Lopes de Oliveira
95642611-11	Oswaldi Felix da Silva
95278677-60	Pablo Edgar dos Santos
95274958-70	Paula Inez Cunha Gomide
95334517-02	Paulo Armando Pinto Cardoso
95745022-90	Paulo Cesar Ramos
95668628-80	Paulo Roberto Fauz da Cunha
95616365-05	Paulo Teixeira de Matos
95257295-48	Pedro Carlos Lúcio
95311221-32	Pedro de Farias
95516141-63	Pedro Imar M Prestes
95327258-09	Pedro Leocadio Delgado
95165501-52	Pedro Ribeiro
95772793-03	Rafael Miranda Nalser



95682464-86 Raquel de F. Cardoso Teixeira  
95689286-41 Reinaldo Farias dos Santos  
95710519-04 Renato Luiz Pereira  
95345700-80 Romulo Heuschkel de Barros  
95217544-08 Rosângela Santos Rocha  
95676309-67 Roselei Martins de Matos  
95080735-07 Ruy Cunha Sobrinho  
95735646-07 Samir Snee  
95602428-56 Sara Fausti dos Santos  
95652556-03 Sebastião do Amaral Neto  
95593780-51 Vilmar Rodrigues da Rosa  
95593780-51 Vilmar Rodrigues da Rosa  
95081257-52 Wilson Felix dos Santos  
95512178-30 Vitorio Felix da Silva  
95560751-12 Volmar Ferreira Terres  
95256968-60 Willem Femmo Salomons  
95451032-89 Wilson Kenzo Kondo  
95690494-39 Zeli Ferreira Sampaio

Prefeitura Municipal de Jaguaraiava, 07 de junho de 2017.

ROBERTO ANGELO DA SILVA  
Responsável pela NFP

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - PR  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2017  
"EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE  
PEQUENO PORTE"

**OBJETO:** Locação de caçamba para o transporte de entulhos.  
**TIPO:** Menor Preço/por Item  
**ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 23 de junho de 2017.  
**HORÁRIO:** 09:00hrs (Horário de Brasília)  
**LOCAL DE ABERTURA:** Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação, 3º Andar no endereço informado abaixo.  
**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:** O edital completo poderá ser adquirido através do e-mail: [comprasjag@gmail.com](mailto:comprasjag@gmail.com), no Dept.º de Compras e Licitação – sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535-9400 – Ramal: 9453 no horário: das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.

Jaguaraiava, 06 de junho de 2017.

Élio Zub Junior  
PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2017  
EXCLUSIVO (A) PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para realizar confecção de cadernos da "PROVINHA JAGUARIAÍVA", para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.  
**ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 26 de junho de 2017.  
**HORÁRIO:** 09h:30min.  
**LOCAL DE ABERTURA:** Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação, 3º Andar no endereço informado abaixo.  
**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:** Os Editais poderão ser solicitados pelo e-mail: [comprasjag@gmail.com](mailto:comprasjag@gmail.com). Maiores informações no Departamento de Compras e Licitação – sito a Praça Isabel Branco, 142 - telefone (43) 3535 - 9400 – Ramal: 9458 no horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

Jaguaraiava, 08 de junho de 2017.

Élio Zub Junior  
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA - PR  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO  
AVISO DE RETIFICAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2017

A Prefeitura Municipal de Jaguaraiava, por intermédio de seu Pregoeiro, torna pública a todos os interessados do Pregão Eletrônico em referência que houve alteração no edital de licitação que tem como objeto: Aquisição de equipamentos para uma implantação de uma academia da Terceira Idade conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, a saber: fica retificado o referido Edital em consideração a impugnação encaminhada para o Departamento de Compras no prazo legal. A data de abertura fica **aprazada para o dia 26 de junho de 2017 às 14:00 horas**. O edital alterado ficará posteriormente disponível na Plataforma de Pregões Eletrônicos da BLL (bll.org.br) e disposto na Prefeitura Municipal de Jaguaraiava. Maiores esclarecimento telefone 43-3535 9400 – Ramal 9453. E-mail: [comprasjag@gmail.com](mailto:comprasjag@gmail.com).

Jaguaraiava, 08 de junho de 2017.

Élio Zub Junior  
PREGOEIRO



## SEMUS

### CONVITE

#### AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Secretária Municipal de Saúde e a Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, CONVIDAM a Comunidade a participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA para apresentação e consulta das solicitações de investimentos feitas ao Governo do Estado.

Dia: 12 de junho de 2017.

Hora: 08:00

Local: Gabinete do Prefeito, sito à Praça Isabel Branco, nº 142, Bairro Cidade Alta.

Jaguaraiava, 02 de junho de 2017.

AMALIA CRISTINA ALVES  
Secretária Municipal de Saúde

ALCIONE LEMOS Lemos  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte



## CONSELHOS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA  
JAGUARIAÍVA - PR  
PRAÇA ISABEL BRANCO, 250 - FONE: (43) 3535-4789

Resolução 01/2017

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), no uso das atribuições que confere a Lei Municipal nº 2585 de 21/12/2015

Considerando a deliberação da reunião ordinária ocorrida em 05/06/2017.

### RESOLVE

Art. 1º Delibera em favor da aprovação e manutenção das seguintes entidades e serviços dentro do Conselho de Direitos da Pessoa Idosa:

ILPI-Instituição Longa Permanência do Idoso - Lar Bom Jesus;  
Habilitação e Reabilitação aos Idosos da APAE;  
Serviço e Convivência e Fortalecimento de Vínculos da CASMI-Centro de Assistência Social Maria Imaculada.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões, 05/06/2017.

Elisabeth Alves Ferreira  
Presidente do CMDPI



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE JAGUARIAÍVA - PR  
Travessa Silvério Carneiro, 70 Cidade Alta - Fone (043) 3535-3363.

Resolução 006/2017

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Jaguaraiava, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 2294/2010 em acordo com reunião ordinária realizada em 1 de junho de 2017, registrada em ata nº 301.

### RESOLVE:

Art. 1º Tomar pública a aprovação por parte deste Conselho, o Plano de Ação para incentivo ao Programa Crescer em Família para o Cofinanciamento, através da deliberação nº 055/2016 - CEDCA-PR para o município de Jaguaraiava, o qual é destinado ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes, sendo contemplado a Casa Lar sob responsabilidade do município de Jaguaraiava.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Sala de sessões, 5 de junho de 2017.

Camila Rolim de Moura  
Presidente do CMDCA.



## SAMAE

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PESSOAL Nº 002/2017

Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015

CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaguaraiava  
CONTRATADO: Lilian Mara de Oliveira - CPF nº 038.042.559-85  
OBJETO: Fica rescindido, o Contrato Administrativo de Pessoal nº 001/2016.  
DATA ASSINATURA: 01 de junho de 2017.

Edifício do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Gabinete do Diretor Presidente ao primeiro dia do mês de junho de sua mil e oitocenta. (01/06/2017).

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM  
Diretor Presidente do SAMAE  
Decreto nº 85/2015

### PORTARIA Nº 34/2017

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguaraiava - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Decreto nº 85/2015 e em conformidade com a Lei 1703/2007 e ainda diante Portaria 29/2015 e seu anexo único, que homologa o Resultado Final do PSS - Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015 e diante da necessidade administrativa desta Autarquia Municipal.

### RESOLVE

Art. 1º - RESCINDIR, a partir do dia 01 de junho do corrente ano, o Contrato Administrativo de Pessoal nº 001/2016 com a senhora LILIAN MARA DE OLIVEIRA, portadora da Cédula de Identidade nº 10.621.887-0, SESP-PR, CPF nº 069.042.898-85 contratado através do PSS 001/2015 no cargo de AUXILIAR DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO, junto ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguaraiava - Paraná.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de junho de 2017.

Jaguaraiava, 05 de junho de 2017.

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM  
Diretor Presidente do SAMAE  
Decreto nº 85/2015

### PORTARIA Nº 35/2017

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguaraiava - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Decreto nº 85/2015, em conformidade com a Lei nº 2323/2011 e seus anexos, com o Edital de Homologação do Concurso nº 001/2016 e diante da necessidade administrativa desta Autarquia Municipal.

### RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR, a partir do dia 01 de junho do corrente ano, diante aprovação em Concurso Público, classificado em 2º lugar, o senhor PANCRÁCIO FARIAS TENÓRIO, portador da Cédula de Identidade nº 1.737.173-8, SESP-PR, CPF nº 338.322.506-72 para exercer o cargo em provimento efetivo de TÉCNICO EM SANEAMENTO, do Grupo Administrativo do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguaraiava - Paraná.

Art. 2º - O nomeado submeter-se-á a estágio probatório por 03 (três) anos (Art. 41 da CF e Art. 21 da Lei Municipal 2155/2010).

Art. 3º - A posse dar-se-á no prazo de até 15 dias corridos a partir de 01 de junho de 2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a partir de 01 de junho de 2017.

Jaguaraiava, 05 de junho de 2017.

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM  
Diretor Presidente do SAMAE  
Decreto nº 85/2015

### PORTARIA Nº 36/2017

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguaraiava - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Decreto nº 85/2015 e a Lei nº 2155/2010 e ainda diante da necessidade administrativa desta Autarquia Municipal;

### RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Adicional de Insalubridade no percentual de 20% (vinte por cento) do salário mínimo nacional ao servidor com cargo em provimento efetivo, abaixo denominado:

Matrícula	Servidor	Cargo
169	PANCRÁCIO FARIAS TENÓRIO	TÉCNICO EM SANEAMENTO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a partir de 01 de junho de 2017.

Jaguaraiava, 05 de junho de 2017.

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM  
Diretor Presidente do SAMAE  
Decreto nº 85/2015



PORTARIA Nº 37/2017

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguaraiá - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Decreto nº 65/2015 em conformidade com o art. 84 da Lei Municipal nº 2155/2010 e diante da necessidade administrativa desta Autarquia Municipal;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER Licença Paternidade ao servidor LEVI DE ANHAIA por um período de 5 dias a partir de 13/05/2017 a 17/05/2017, de acordo com Art. 84 da Lei 2155/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a partir de 13 de maio de 2017.

Jaguaraiá, 05 de junho de 2017.

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM  
Diretor Presidente do SAMAE  
Decreto nº 85/2015

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Fundamentado nos termos do art. 25 inciso I, da lei de Licitações, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE Nº 018/2017 para revisão de 730 Horas do motor da Máquina Retro Escavadeira JCB 3 C série 1396229 de 2010. Conforme orçamentos anexos e conforme documentos que integram este certame:

Empresa: ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA  
CNPJ: 05.063.653/0001-33  
Valor Global Máximo: R\$ 4.774,28  
Dotação: 33.90.39.92.00

Jaguaraiá, 18 de Maio de 2017.

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM  
Diretor Presidente

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Fundamentado no art. 25 inciso I, da lei de Licitações, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE Nº 019/2017, para aquisição de 02 moto bomba submersível KSB modelo KRT DRAINER E 3000.1 3,0 CV 2.P.E. 02 elemento elástico AE 168 01 retentor sup. A 60 X 62 X 12. Conforme orçamentos anexos conforme documentos que integram este certame:

Empresa: C.O.Mueller Comércio de Motores e Bombas Ltda.  
CNPJ: 76.511.260/0001-93  
Valor Global Máximo: R\$ 8.840,20  
Dotação: 4.4.90.52.39.00

Jaguaraiá, 19 de Maio de 2017

Reginaldo Aparecido Cheirubim  
Presidente do SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARAIÁ  
CONTRATADA: KUELER VEÍCULOS LTDA  
CNPJ Nº 76.108.653/0001-50  
"OBJETO: Fornecimento de um Veículo Pick-Up 0 km, na cor branca utilitário tipo caminhonete cabine simples capacidade mínima de carga de 735 Kg com rodas de aço aro 15" ano 2017.  
R\$ 46.100,00  
VIGÊNCIA: 02 de Junho a 01 de Agosto de 2017.  
DOTAÇÃO: 44.90.52.00.00

JAGUARAIÁ, EM 02/06/2017

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM  
Presidente do SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARAIÁ  
CONTRATADA: ELENICE T. PRINCIVAL LOCADORA DE EQUIPAMENTOS  
CNPJ Nº 16.651.014/0001-05  
"OBJETO: Locação mensal de máquinas copadoras para sede do Samae, a ser utilizado na cópia de documentos administrativos".  
R\$ 10.850,00  
VIGÊNCIA: 02 de Junho de 2017 a 01 de Junho de 2018.  
DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00

JAGUARAIÁ, EM 02/06/2017

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM  
Presidente do SAMAE



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
Rua Porto Velho, 140 - Jardim São Roque - Jaguaraiá - PR  
Fone/Fax: (43) 3535-1579  
CNPJ: 75.658.435/0001-27

EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARAIÁ  
CONTRATADA: DIBEL ALIMENTOS ME  
CNPJ Nº 00.173.840/0001-56  
"OBJETO: Fornecimento de Gerenciamento de insumos para impressoras, sendo recarga de tonner, cartuchos".  
R\$ 18.900,00  
VIGÊNCIA: 02 de Junho de 2017 a 01 de Junho de 2018.  
DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00

JAGUARAIÁ, EM 02/06/2017

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM  
Presidente do SAMAE



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
Rua Porto Velho, 140 - Jardim São Roque - Jaguaraiá - PR  
Fone/Fax: (43) 3535-1579  
CNPJ: 75.658.435/0001-27  
www.samaejv.com.br

EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARAIÁ  
CONTRATADA: IMOBILIÁRIA JAGUAR INOVEIS LTDA - ME  
CNPJ Nº 15.355.643/0001-25  
OBJETO: O AGENTE ARRECADADOR encarregar-se-á do recebimento de contas de água, esgoto e demais serviços emitidos pela AUTARQUIA.  
VALOR GLOBAL: R\$ 654,00  
VIGÊNCIA: 01 de Junho 2017 a 31 de Dezembro de 2017.  
DOTAÇÃO: 30.01.17.122.0003.2101.3.3.90.39.03.00

JAGUARAIÁ, EM 01/06/2017.

KATIA APARECIDA MIRANDA  
DIRETORA GERAL



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CNPJ 75.658.435/0001-27  
Rua Porto Velho, 140 - Jardim São Roque  
Jaguaraiá - Paraná  
Fone/Fax: (43) 3535-1579

TERMO DE POSSE

Ao 1 dia do mês de junho de 2017, na sala do Diretor Presidente do SAMAE, compareceu o Sr. PANCRÁCIO FARIAS TENÓRIO, a fim de tomar posse no cargo de TÉCNICO EM SANEAMENTO nomeado pela Portaria nº 35/2017 de 5 de junho de 2017 do Concurso Público nº 001/2016. Nesta oportunidade foi-lhe dada posse pelo Diretor Presidente do SAMAE, comprometendo-se o empossado, a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez, obedecendo ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o que determina a descrição dos cargos constantes do Plano de Cargos e Carreiras do SAMAE de Jaguaraiá - PR.

Nada havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai devidamente assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Jaguaraiá, 01 de junho de 2017.

PANCRÁCIO FARIAS TENÓRIO  
TÉCNICO EM SANEAMENTO

REGINALDO APARECIDO CHEIRUBIM  
DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE

TESTEMUNHAS:

Antônia

Edna Mary Jayme



CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO  
PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Modalidade: Processo Inexigibilidade Nº 5/2017 - art. 24, II, da Lei nº 8666/93.  
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R\$	Valor R\$ por extensão	Condições de pagamento	Lote
UNIPUBLICA-UNIAO PARA QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA-EPP CNPJ 11.227.107/0001-93 RUA DESEMBARGADOR CLOTARIO PORTUGAL Curitiba-PR CEP 80410-220	890,00	Oitocentos e Noventa Reais	MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL	001

Objeto: INSCRIÇÃO DE VEREADORA EM CURSO SOBRE PATRIMÔNIO PÚBLICO - COMO EVITAR IRREGULARIDADES (MÓDULO 2) PROMOVIDO PELA INSTITUIÇÃO UNIPUBLICA - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA, NA CIDADE DE CURITIBA-PR  
Valor Global: R\$ 890,00 Oitocentos e Noventa Reais

Valor Global: R\$ 550,00 (Quinhentos e Noventa Reais)					
DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2017	9	01.001.01.031.0001.2001	1	3.3.90.39.92.00	Do Exercício

Jaguaraiá, em 24/05/2017.

Vereador JOSÉ MARCOS PESSA FILHO  
Presidente da Câmara Municipal de Jaguaraiá

EXTRATO DE CONTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO  
2º TERMO ADITIVO DE Prazo e Valor

Modalidade: Pregão nº 2/2015  
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ  
Contratado: ALCEU OLIVEIRA DE ALMEIDA JUNIOR-ME - CNPJ: 06.163.583/0001-58  
End.:TV FELIPE MIGUEL DE CARVALHO, 33 - CEP: 84950000 - BAIRRO: CENTRO  
Objeto: Aquisição de assinatura (15 exemplares) do Jornal Folha Extra pelo período de 01/06/2015 à 31/05/2016 para a Câmara Municipal de Jaguaraiá - PR.  
Nova data de vigência: de 01/06/2017 a 31/05/2018  
Valor Global: R\$ 5.242,50 (Cinco Mil, Duzentos e Quarenta e Dois Reais e Cinquenta Centavos)

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
9	01.001.01.031.0001.2001	1	3.3.90.39.01.00	Do Exercício

Fiscal Contrato  
Nome do fiscal  
MARCOS ANTONIO RUTH

Jaguaraiá, 19/05/2017.

JOSÉ MARCOS PESSA FILHO  
Vereador-Presidente  
Câmara Municipal de Jaguaraiá

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Fundamentado no art. 25, inciso II, da Lei de Licitações, RATIFICO o Processo Inexigibilidade nº 5/2017 para a INSCRIÇÃO DE VEREADORA EM CURSO SOBRE PATRIMÔNIO PÚBLICO - COMO EVITAR IRREGULARIDADES (MÓDULO 2) PROMOVIDO PELA INSTITUIÇÃO UNIPUBLICA - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA, NA CIDADE DE CURITIBA-PR, conforme orçamento e documentação anexa.  
Empresa: UNIPUBLICA-UNIAO PARA QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA-EPP  
CNPJ 11.227.107/0001-93  
RUA DESEMBARGADOR CLOTARIO PORTUGAL Curitiba-PR, CEP 80410-220  
Valor Global: 890,00 (Oitocentos e Noventa Reais)

DOTAÇÕES						
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte	
2017	9	01.001.01.031.0001.2001	1	3.3.90.39.92.00	Do Exercício	

Data: 24/05/2017

Vereador JOSÉ MARCOS PESSA FILHO  
Presidente da Câmara Municipal de Jaguaraiá

AVISO DE RETIFICAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CABEAMENTO DE REDE PARA USO NO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ-PR em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e legislação correlata.  
NOVA DATA DE ABERTURA: 26/06/2017, às 14:30, no endereço eletrônico: www.bilcompras.org.br (Acesso Identificado)  
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 11:30 horas do dia 26/06/2017, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço eletrônico: www.bilcompras.org.br  
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item.  
INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos podem ser obtidos no Setor de Licitações e Contratos, localizado na sede da Câmara Municipal de Jaguaraiá - PR, Rua Prefeito Aldo Ribas, 222 - Cidade Alta, das 18h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, nos dias úteis, no site http://cmjaguaraiá.pr.gov.br, menu Licitações e no site www.bilcompras.org.br. Outras informações pelo e-mail: compras@cmjaguaraiá.pr.gov.br.



Equiplano

## Câmara Municipal de Jaguariá - 2017

### Relatório de empenhos por fornecedor

Período: 01/05/2017 até 31/05/2017

Página:1

Número	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Data	Natureza	Valor empenhado
<b>296-8 ADILSON PASSOS FELIX</b>								<b>1.908,64</b>
257/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	03/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	477,16
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO VEREADOR ADILSON PASSOS FELIX PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA PARTICIPAR DE REUNIOES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM ESPECIAL NO GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PÉRICLES DE MELO, COM SAÍDA NO DIA 04/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
259/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	03/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	477,16
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO VEREADOR ADILSON PASSOS FELIX, PARA PARTICIPAR DE REUNIAO NO ESCRITORIO POLITICO DO DEPUTADO FEDERAL TONINHO WANDSCHEER, COM SAÍDA NO DIA 08/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
274/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	16/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	477,16
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO VEREADOR ADILSON PASSOS FELIX, PARA VISITA AO GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL TONINHO WANDSCHEER TRATANDO DE ASSUNTOS PERTINENTES A VEREAÇA E AO MUNICÍPIO, COM SAÍDA NO DIA 17/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
305/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	24/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	477,16
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO VEREADOR ADILSON PASSOS FELIX, PARA VISITA AO GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL TONINHO WANDSCHEER TRATANDO DE ASSUNTOS PERTINENTES A VEREAÇA E AO MUNICÍPIO, COM SAÍDA NO DIA 24/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
<b>1521-1 ADILSON RODRIGO MILEK</b>								<b>1.431,48</b>
262/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	04/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	477,16
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE (01) UMA DIÁRIA AO SENHOR ADILSON RODRIGO MILEK VEREADOR PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA PARA VISITAR O GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL ALEXANDRE CURI, TRATANDO DE ASSUNTOS PERTINENTES AO MANDATO E AO MUNICÍPIO, COM SAÍDA NO DIA 05/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
273/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	15/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	477,16
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE UMA (01) DIÁRIA AO VEREADOR ADILSON RODRIGO MILEK VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION FLEITEANDO RECURSOS PARA MUNICÍPIO E BUSCANDO ORIENTAÇÕES AO MANDATO COM SAÍDA NO DIA 16/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
313/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	29/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	477,16
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE UMA (01) DIÁRIA AO VEREADOR ADILSON RODRIGO MILEK VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA GABINETE DEPUTADO GUTO SILVA COM A FINALIDADE DE TRATAR DE ASSUNTOS PERTINENTES AO MUNICÍPIO E AO MANDATO COM SAÍDA NO DIA 30/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
<b>1145-2 ALENCAR ALVES DE MELLO</b>								<b>1.908,64</b>
253/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	02/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	954,32
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 02 (DUAS) DIÁRIAS AO VEREADOR SR ALENCAR ALVES DE MELLO PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR EM VISITA AO GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION A CASA CIVIL E DIRETORIA DO DETRAN PR TRATANDO DE ASSUNTOS REFERENTE AO MANDATO E AO MUNICÍPIO COM SAÍDA NO DIA 03/05/2017 E RETORNO NO DIA 04/05/2017.								
269/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	12/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	954,32
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 02 (DUAS) DIÁRIAS AO VEREADOR SR ALENCAR ALVES DE MELLO PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR EM VISITA AO GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION E VISITA COM ASSESSOR DO MESMO NO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS A CASA CIVIL NO PALACIO IGUAÇU TRATAR DE ASSUNTOS RELACIONADOS A VEREAÇA, COM SAÍDA NO DIA 15/05/2017 E RETORNO NO DIA 16/05/2017.								
<b>873-7 DIVAEL DA SILVA MELO</b>								<b>2.385,80</b>
256/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	02/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	477,16
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO VEREADOR DIVAEL DA SILVA MELO PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA GABINETE DEPUTADO TRAIANO, TRATANDO DE ASSUNTOS RELEVANTES AO MUNICÍPIO E AO MANDATO, COM SAÍDA NO DIA 03/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
264/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	05/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	477,16
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO VEREADOR DIVAEL DA SILVA MELO VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA GABINETE DEPUTADO ALEXANDRE CURI COM SAÍDA NO DIA 05/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
270/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	15/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	477,16
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO VEREADOR DIVAEL DA SILVA MELO VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION FLEITEANDO RECURSOS PARA MUNICÍPIO E BUSCANDO ORIENTAÇÕES AO MANDATO COM SAÍDA NO DIA 16/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
316/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	30/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	954,32
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 02 (DUAS) DIÁRIAS AO VEREADOR DIVAEL DA SILVA MELO PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION; ADEMAR TRAIANO E CASA CIVIL A FIM DE BUSCAR BENEFÍCIOS PARA MUNICÍPIO E TRATANDO DE ASSUNTOS PERTINENTES A VEREAÇA COM SAÍDA NO DIA 31/05/2017 E RETORNO NO DIA 01/06/2017.								
<b>1523-7 GILMAR DA COSTA PASSOS</b>								<b>954,32</b>
258/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	03/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	477,16
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO VEREADOR GILMAR DA COSTA PASSOS PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA PARA VISITA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA NO GABINETE DEPUTADO REQUIAO FILHO, TRATANDO DE ASSUNTOS INERENTES AO MANDATO E AO MUNICÍPIO, COM SAÍDA NO DIA 04/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
319/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	31/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	477,16

Emitido por: Juliano Claro Pereira, na versão: 5516 w

01/06/2017 16:27:41



Número	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Data	Natureza	Valor empenhado
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO VEREADOR GILMAR DA COSTA PASSOS PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA PARA VISITA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA NO GABINETE DEPUTADO TRAIANO, TRATANDO DE ASSUNTOS INERENTES AO MANDATO, COM SAÍDA NO DIA 31/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
<b>862-1 JOSE MARCOS PESSA FILHO</b>								<b>1.431,48</b>
254/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	02/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	477,16
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE (01) UMA DIÁRIA AO SENHOR JOSE MARCOS PESSA FILHO, VEREADOR PRESIDENTE PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR, REUNIÕES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION E EVANDRO JUNIOR ; NA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E PRESIDENTE DA SANEPAR MUNIR CHAOWICHE COM SAÍDA NO DIA 04/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
317/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	30/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	964,32
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 02 (DUAS) DIÁRIAS AO VEREADOR JOSE MARCOS PESSA FILHO PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION; ADEMAR TRAIANO E CASA CIVIL A FIM DE BUSCAR BENEFÍCIOS PARA MUNICÍPIO E TRATANDO DE ASSUNTOS PERTINENTES A VEREANÇA COM SAÍDA NO DIA 31/05/2017 E RETORNO NO DIA 01/06/2017.								
<b>804-4 MARCELO ANDRE DALANORA</b>								<b>1.587,06</b>
252/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	02/05/2017	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	88,17
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 1/2 (MEIA) DIÁRIA AO SENHOR MARCELO ANDRE DALANORA FUNCIONARIO EFETIVO OCUPANTE DE CARGO DE MOTORISTA PARA VIAGEM A CIDADE DE PONTA GROSSA-PR A SERVIÇO DO VEREADOR ADILSON PASSOS FELIX COM SAÍDA NO DIA 02/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
268/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	12/05/2017	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	176,34
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE (01) UMA DIÁRIA AO SENHOR MARCELO ANDRE DALANORA FUNCIONARIO EFETIVO OCUPANTE DE CARGO DE MOTORISTA PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR A SERVIÇO DO VEREADOR DIVAEL DA SILVA MELO COM SAÍDA NO DIA 15/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
276/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	17/05/2017	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	176,34
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE (01) UMA DIÁRIA AO SENHOR MARCELO ANDRE DALANORA FUNCIONARIO EFETIVO OCUPANTE DE CARGO DE MOTORISTA PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR A SERVIÇO DO VEREADOR DIVAEL DA SILVA MELO COM SAÍDA NO DIA 17/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
299/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	19/05/2017	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	176,34
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE (01) UMA DIÁRIA AO SENHOR MARCELO ANDRE DALANORA FUNCIONARIO EFETIVO OCUPANTE DE CARGO DE MOTORISTA PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR A SERVIÇO DO VEREADOR NELSON JOSE DE MELO COM SAÍDA NO DIA 19/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
300/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	22/05/2017	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	176,34
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE (01) UMA DIÁRIA AO SENHOR MARCELO ANDRE DALANORA FUNCIONARIO EFETIVO OCUPANTE DE CARGO DE MOTORISTA PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR A SERVIÇO DO VEREADOR JOSE MARCOS PESSA FILHO COM SAÍDA NO DIA 22/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
303/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	23/05/2017	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	176,34
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE (01) UMA DIÁRIA AO SENHOR MARCELO ANDRE DALANORA FUNCIONARIO EFETIVO OCUPANTE DE CARGO DE MOTORISTA PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR A SERVIÇO DO VEREADOR MAURO CELSO DA SILVA COM SAÍDA NO DIA 24/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
309/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	24/05/2017	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	88,17
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE (1/2) MEIA DIÁRIA AO SENHOR MARCELO ANDRE DALANORA FUNCIONARIO EFETIVO OCUPANTE DE CARGO DE MOTORISTA PARA VIAGEM A CIDADE DE PONTA GROSSA - PR A SERVIÇO DO VEREADOR JOSE MARCOS PESSA FILHO COM SAÍDA NO DIA 25/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
312/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	25/05/2017	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	176,34
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE (01) UMA DIÁRIA AO SENHOR MARCELO ANDRE DALANORA FUNCIONARIO EFETIVO OCUPANTE DE CARGO DE MOTORISTA PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR A SERVIÇO DO VEREADOR ADILSON PASSOS FELIX COM SAÍDA NO DIA 26/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
314/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	29/05/2017	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	176,34
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE (01) UMA DIÁRIA AO SENHOR MARCELO ANDRE DALANORA FUNCIONARIO EFETIVO OCUPANTE DE CARGO DE MOTORISTA PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR A SERVIÇO DO VEREADOR PRESIDENTE JOSE MARCOS PESSA FILHO COM SAÍDA NO DIA 30/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
320/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	31/05/2017	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	176,34
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE (01) UMA DIÁRIA AO SENHOR MARCELO ANDRE DALANORA FUNCIONARIO EFETIVO OCUPANTE DE CARGO DE MOTORISTA PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA - PR A SERVIÇO DO VEREADOR PRESIDENTE JOSE MARCOS PESSA FILHO COM SAÍDA NO DIA 31/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								



1525-3 MAURO CELSO DA SILVA								1.192,90
261/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	04/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	477,16
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO VEREADOR MAURO CELSO DA SILVA PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR COM A FINALIDADE DE VISITAR A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ NO GABINETE DO DEPUTADO PLAUTO MIRO AFIM DE TRATAR DE ASSUNTOS RELEVANTES AO MUNICÍPIO E A VERAÇÃO COM SAÍDA NO DIA 05/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
272/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	15/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	238,58
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 1/2 (MEIA) DIÁRIA AO VEREADOR MAURO CELSO DA SILVA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION PLEITEANDO RECURSOS PARA MUNICÍPIO E BUSCANDO ORIENTAÇÕES AO MANDATO COM SAÍDA NO DIA 16/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
277/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	17/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	477,16

Emitido por: Juliano Claro Pereira, na versão: 5516 w

01/06/2017 16:27:41

Número	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Data	Natureza	Valor empenhado
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO VEREADOR MAURO CELSO DA SILVA PARA VIAGEM A CIDADE DE PONTA GROSSA-PR COM A FINALIDADE DE VISITAR A CAMARA MUNICIPAL NO GABINETE DA PRESIDENCIA DAQUELA CASA E AO GABINETE DO DEPUTADO ARTAGAO A FIM TRATAR DE ASSUNTOS RELEVANTES AO MUNICÍPIO E A VERAÇÃO COM SAÍDA NO DIA 17/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
1526-1 NELSON JOSE DE MELO								2.385,80
255/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	02/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	477,16
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO VEREADOR NELSON JOSE DE MELO PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA GABINETE DEPUTADO TRAIANO, TRATANDO DE ASSUNTOS RELEVANTES AO MUNICÍPIO E AO MANDATO, COM SAÍDA NO DIA 03/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
263/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	05/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	477,16
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO VEREADOR NELSON JOSE DE MELO PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA GABINETE DEPUTADO ALEXANDRE CURI COM SAÍDA NO DIA 05/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
271/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	15/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	477,16
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 01 (UMA) DIÁRIA AO VEREADOR NELSON JOSE DE MELO VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION PLEITEANDO RECURSOS PARA MUNICÍPIO E BUSCANDO ORIENTAÇÕES AO MANDATO COM SAÍDA NO DIA 16/05/2017 E RETORNO NO MESMO DIA.								
318/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	30/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	954,32
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE 02 (DUAS) DIÁRIAS AO VEREADOR NELSON JOSE DE MELO PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA-PR A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION; ADEMAR TRAIANO E CASA CIVIL A FIM DE BUSCAR BENEFÍCIOS PARA MUNICÍPIO E TRATANDO DE ASSUNTOS PERTINENTES A VERAÇÃO COM SAÍDA NO DIA 31/05/2017 E RETORNO NO DIA 01/06/2017.								

17-5 NIVALDO LUCAS FILHO								1.369,23
265/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	09/05/2017	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	912,82
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE (02) DUAS DIÁRIAS AO SENHOR NIVALDO LUCAS FILHO SERVIDOR EFETIVO OCUPANTE DO CARGO DE ADVOGADO, PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA PARA PROTOCOLAR DEFESA E APRESENTAÇÃO DE CONDUTOR EM AUTUAÇÃO DE TRANSITO, JUNTO A POLÍCIA FEDERAL, BEM COMO PARTICIPAR DE CURSO OCASIONAL JUNTO A UNIPUBLICA, NOS DIAS 10, 11 E 12 DE MAIO DE 2017, COM TEMA PPA E LDO, COM SAÍDA NO DIA 09/05/2017 E RETORNO NO DIA 12/05/2017.								
278/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	17/05/2017	3.3.90.14.14.01 SERVIDORES EFETIVOS	456,41
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO COMPLEMENTAR DE (01) UMA DIÁRIA AO SENHOR NIVALDO LUCAS FILHO SERVIDOR EFETIVO OCUPANTE DO CARGO DE ADVOGADO, PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA PARA PROTOCOLAR DEFESA E APRESENTAÇÃO DE CONDUTOR EM AUTUAÇÃO DE TRANSITO, JUNTO A POLÍCIA FEDERAL, BEM COMO PARTICIPAR DE CURSO OCASIONAL JUNTO A UNIPUBLICA, NOS DIAS 10, 11 E 12 DE MAIO DE 2017, COM TEMA PPA E LDO, COM SAÍDA NO DIA 09/05/2017 E RETORNO NO DIA 12/05/2017.								

1144-4 SANDRA MARIA NEGRINI								477,16
307/2017	O	6	00001	01.001	01.031.0001.2001	24/05/2017	3.3.90.14.14.03 AGENTES POLÍTICOS	477,16
REFERENTE ATO DE CONCESSÃO DE (01) UMA DIÁRIA A SENHORA SANDRA MARIA NEGRINI VEREADORA PARA VIAGEM A CIDADE DE CURITIBA PARA PARTICIPAR DE CURSO COM TEMA PATRIMÔNIO PÚBLICO COMO EVITAR IRREGULARIDADES, A SER REALIZADO PELA EMPRESA UNIPUBLICA, COM SAÍDA NO DIA 25/05/2017 E RETORNO NO DIA 26/05/2017.								

Total: 17.032,51

Critério de seleção:

Empenhos do exercício

Conta de despesa: 6

Imprimir histórico do empenho

Emitido por: Juliano Claro Pereira, na versão: 5516 w

01/06/2017 16:27:41